



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A Instrumentalidade do Serviço Social - A arte como Intervenção
Social Emancipatória e Instrumento Inovador para o Trabalho
da(o) Assistente Social.**

PRISCILLA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Brasília - DF
2011

PRISCILLA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A Instrumentalidade do Serviço Social - A arte como Intervenção
Social Emancipatória e Instrumento Inovador para o Trabalho
da(o) Assistente Social**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
graduação em Serviço Social pela
Universidade de Brasília, sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Angela
Vieira Neves.

Brasília - DF
2011

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

PRISCILLA RODRIGUES DE OLIVEIRA

A Instrumentalidade do Serviço Social - A Arte como Intervenção Social Emancipatória e
Instrumento Inovador para o Trabalho da(o) Assistente Social.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requesito parcial para o obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social no Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Data da Aprovação
13/07/2011

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Angela Vieira Neves
Orientadora
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília

Prof^a MSc. Patrícia Cristina Pinheiro
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília

Assistente Social Débora Guimarães da Conceição
Mestranda do Programa de Política Social da Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a meus pais, Lucídio e Francisca, e irmãos, Phablo e Lucídio Filho, pelo apoio, atenção e carinho dado mesmo à distância durante esses anos. À minha família, que acredita e torce por mim. Ao meu companheiro de vida, Sinclair, que esteve ao meu lado desde o início dessa jornada sempre me dando força e amor, principalmente nessa última etapa.

Agradeço a meus professores e professoras da graduação, fontes de inspiração e sabedoria, em especial à minha orientadora de trabalho de conclusão de curso, Angela Neves, pela orientação e acompanhamento.

Um muito obrigada às minhas companheiras de graduação, amigas queridas, pelos ótimos dias que passamos juntas dentro e fora da UnB, pelos momentos de estudo e lazer. É sempre muito gostoso estar com vocês.

Aqui se inicia uma nova etapa e espero que todas essas pessoas tão importantes continuem fazendo parte da minha vida.

“Toda arte autêntica é uma revolução permanente.”

Herbert Read¹

¹ READ, Herbert. *Educação pela Arte*. Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RESUMO

Este trabalho se propõe a problematizar as discussões sobre a questão da arte e sua aproximação com o Serviço Social. Buscou-se, em primeiro lugar, realizar uma contextualização sobre a função social da arte ao longo dos tempos, de como seu papel mudou com o advento do capitalismo, transformando as relações de trabalho e criação. A hipótese indica que a arte enquanto instrumento de trabalho para o Serviço Social tem a função de estimular a consciência crítica do ser humano, levando-o à sua emancipação, além de ser um recurso inovador na instrumentalidade do Serviço Social capaz de fortalecer o Projeto Ético-Político da profissão. Constatou-se por meio do levantamento de estudos bibliográficos que no Serviço Social a produção sobre a temática ainda é escassa. Apesar de uma aproximação tímida da categoria sobre o assunto, é premente a necessidade de aprofundamento sobre a relação Serviço Social e arte.

Palavras-chave: Arte; Serviço Social; Função social da arte; Emancipação; Instrumentalidade; Projeto Ético-Político do Serviço Social.

ABSTRACT

This work intends to question the discussions about art and its approach to Social Work. First we tried to make a background on the social function of art throughout the ages and how the role of art changed with the advent of capitalism, transforming the relations of work and creation. The hypothesis is that art as a tool for Social Work serves to stimulate critical awareness of man, leading him to his emancipation, besides being an innovative feature in the instrumentality of Social Service able to strengthen the ethical-political project of the profession. Through literature search found that the production on this area of social work is still scarce. Despite of a timid approach of the class on the subject, there is a pressing need to deepen the relationship on Social Work and Art.

Keywords: Art. Social Work. The social function of art. Emancipation. Instrumentality. Ethical-political project of Social Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A ARTE E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	11
1.1 - A FUNÇÃO SOCIAL DA ARTE.....	11
1.2 - A ARTE NO CAPITALISMO.....	13
1.3 - O TRABALHO COMO EMANCIPAÇÃO OU ALIENAÇÃO.....	15
1.4 - ARTE COMO REFLEXO E CONTESTAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: A QUESTÃO DA CULTURA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	17
1.4.1 - <i>Cultura, Cultura Política e Movimentos Sociais</i>	19
CAPÍTULO 2 - A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES METODOLÓGICAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	25
2.1 - METODOLOGISMO DA AÇÃO PROFISSIONAL: O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	25
2.2 - A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL.....	30
2.3 - O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	34
CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL E ARTE: UMA NOVA FORMA DE INSERÇÃO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL.....	40
3.1 - SERVIÇO SOCIAL E ARTE COMO EMANCIPAÇÃO.....	41
3.2 - ARTE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO INOVADOR PARA O SERVIÇO SOCIAL: O QUE ISSO SIGNIFICA?.....	43
3.3 - METODOLOGIA DA PESQUISA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO SERVIÇO SOCIAL PRODUZIDA NOS CONGRESSOS E ENCONTROS DA CATEGORIA SOBRE A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL, ARTE E CULTURA.....	48
3.3.1 - <i>Análise Qualitativa</i>	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

INTRODUÇÃO

A arte pode ser utilizada pelas pessoas de diferentes formas para expressar os impactos da questão social nas suas vidas, além de se apresentar como contestação social ou reflexo da realidade das classes sociais. As formas de expressões das classes sociais através das artes são fontes que podem ser transformadas em estratégias e utilizadas como instrumento para o desenvolvimento da ampliação da consciência social, enquanto ser social, e de processos sociais que instiguem ações reflexivas e mediações com realidades semelhantes. Assim, fomentar o uso de estratégias alternativas e criativas dentro do trabalho das(os) assistentes sociais pode permitir desvendamentos e intervenções concretas.

Conhecer a instrumentalidade do Serviço Social significa também resgatar as demais dimensões da profissão (ético-política, pedagógica e intelectual). A arte e a cultura se situam enquanto um caráter pedagógico do Serviço Social, posto que a educação, com sua natureza informativa, estimula novas ações sociais que podem levar uma sociedade à emancipação e à consciência da cidadania. Assim, questões relacionadas à educação e cidadania tem vínculos com a arte, pois a mesma tem na sua essência um papel educativo e informativo.

A hipótese desse estudo propõe que o Serviço Social, como uma profissão de caráter interventivo, é constantemente desafiado a construir e utilizar mediações alternativas que possam dar conta da complexidade dos fenômenos sociais. Nesse sentido, por ser um importante meio de reprodução do ser social, a arte é vista como instrumento capaz de trazer estímulo ao potencial criativo e crítico do ser humano, ampliando sua noção de direitos e consciência social, bem como um instrumento fundamental para fortalecer o projeto profissional crítico do Serviço Social.

De forma a buscar uma definição que possibilite ter elementos para analisar as abordagens presentes no Serviço Social, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando conhecer a produção do Serviço Social em relação à temática *arte/cultura*. Para tanto, foram analisadas as comunicações apresentadas no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, basicamente entre os anos 2001 e 2010, reconhecendo os dois espaços como fundamentais para a divulgação da produção de assistentes sociais, enquanto profissionais e pesquisadores.

O trabalho analítico requereu, anteriormente, uma pesquisa bibliográfica de modo a construir um referencial teórico sobre o tema, tendo em vista a pouca familiaridade com o

assunto até então. Pretendeu-se com essa revisão teórico-conceitual acerca do tema buscar elementos para a análise das abordagens presentes no Serviço Social.

Com essa pesquisa, pretende-se identificar e analisar a literatura científica afim de saber como esta incorporação tem se dado, estabelecendo quais as perspectivas dominantes, as categorias abordadas, a densidade teórica dessa produção e sua relação com o espaço dado na formação e no exercício profissional. Os resultados da pesquisa constituem esse Trabalho de Conclusão de Curso que se divide em três capítulos.

A primeira parte dessa monografia traz uma análise sobre a função social da arte e sua relação com o capitalismo, e como, nesse sistema, o trabalho passou de instrumento emancipador do ser humano para a sua total forma de alienação. Comenta ainda sobre as possibilidades de contestação social através da arte e da cultura, sua relação com os movimentos sociais e o surgimento de uma consciência cultural que passa a ser usada como instrumento de revolução e transformação social, buscando resgatar o caráter emancipatório da arte.

O capítulo 2 tece considerações sobre a instrumentalidade do Serviço Social e suas competências, evidenciadas pelo projeto profissional crítico da profissão. Para tanto, faz-se uma breve contextualização sobre a trajetória do Serviço Social refletindo sobre o Movimento de Reconceituação e como ele contribuiu para pensar a instrumentalidade da profissão hoje. Analisa-se ainda o projeto Ético-Político da profissão e os valores que norteiam a prática.

Um último capítulo apresenta uma investigação sobre como o Serviço Social pode incorporar a arte em sua prática profissional, onde faz-se uso de produções já publicadas sobre a temática, bem como sobre as semelhanças presentes nas duas categorias que permitem fazem essa relação entre ambas. Por fim, tem-se a análise das produções apresentadas nos Congressos e Encontros da categoria.

Os resultados encontrados a partir de todo o processo de pesquisa permitiram observar que a produção de uma temática que traga considerações sobre a arte como instrumento de trabalho para o Serviço Social ainda é baixa, se comparada com outros temas estudados pelos profissionais da categoria dentro e fora da academia. Contudo, observa-se também que a quantidade de trabalhos sobre essa produção vem crescendo, mesmo que timidamente, e se constituindo como uma nova possibilidade de concretizar o Projeto Ético-Político no contexto de intervenções criativas.

O tema escolhido, embora ainda apresente pouca produção, possui relevância técnica,

social e científica por se tratar de uma nova abordagem e por propiciar um novo olhar para a nossa prática profissional. Tratando-se de um tema relativamente novo para o Serviço Social, evidenciam-se as dificuldades encontradas para a elaboração desse trabalho. Assim, acredito que o mesmo possa contribuir para suscitar, ampliar e aprofundar as discussões sobre a relação entre arte e Serviço Social.

Capítulo 1 – A Arte e Sua Função Social

Este capítulo tem como objetivo discutir historicamente sobre a função social da arte e a função que a mesma ocupa hoje na sociedade capitalista. Para tanto, num primeiro momento, faço um breve relato sobre o contexto histórico da arte, onde poderemos perceber que sua função social foi diferente em cada civilização e foi alterada ao longo dos tempos, principalmente com a implantação do capitalismo, porém sem nunca deixar de existir.

Num segundo momento, discorro sobre como se deu a relação entre arte e capitalismo, restrita ao grupo da classe dominante a afastada das massas. Relato, ainda, como o sistema capitalista modificou as relações de produção transformando o trabalho em alienação.

Ao discorrer sobre a arte e suas manifestações como formas de contestação das classes sociais e uma possível forma de emancipação dos sujeitos, vejo a necessidade de também abordar o papel que a cultura e os movimentos sociais tem dentro do processo de conscientização dos cidadãos buscando empoderá-los para que estes se reconheçam enquanto sujeitos ativos na sociedade.

1.1 - A Função Social da Arte

É de fundamental importância, para o Serviço Social, desvendar os modos de reproduzir-se do ser social para, assim, conhecer as expressões do seu cotidiano. Dentro desse processo, a arte é uma forma bastante expressiva pois pode se apresentar como música, pintura, cinema, teatro, poesia (etc), e tem uma relação direta entre pensamento e ação, sendo um processo social e comunicacional. Segundo Bosi (1985), a palavra latina *ars*, matriz do português arte, está na raiz do verbo articular, que denota a ação de fazer junturas entre as partes de um todo.¹

Fischer (1973), em seu livro A Necessidade da Arte, coloca que toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias, as aspirações, as necessidades e as esperanças de um dado momento histórico. Desta forma,

¹ Esse trabalho entende a arte como criação; ao falar de arte, estou me referindo ao conjunto de todas as artes, em todas as suas formas de expressão, seja através do cinema, da literatura, da pintura, da fotografia, etc.

podemos afirmar que a arte sempre esteve presente na história da humanidade. Ora associada à magia, à religião, à necessidade ou à política, ela é uma linguagem sem fronteiras que “transcende as transformações históricas e as diferenças culturais” (Canclini, 1984: 8). Alguns falam de “arte pela arte”, onde ela não tem uma real significância na vida social: a arte é um objetivo em si e não se pode convertê-la em outros objetivos. Porém, muitos acreditam que a arte deve contribuir para o desenvolvimento da consciência humana e transformação da sociedade, visando a melhoria do regime social, como um instrumento de luta pela liberação e emancipação.

Lukács (1968: 256) filósofo marxista, afirma:

“A tarefa exclusiva da arte é a de tomar posição nas lutas do tempo, da sociedade, das classes sociais; de favorecer a vitória social de uma determinada tendência, a solução de um problema social. Tudo que ultrapasse essa finalidade já pertence à ‘arte pela arte’, à retirada para a ‘torre de marfim’, etc., e deve ser – como tal – incondicionalmente rejeitado.”

Já no início do século XX, o revolucionário russo Tchernishevski (apud PLEKHNOV, 1969, p.12), em um de seus primeiros artigos de crítica, pontuava:

“A arte pela arte é hoje em dia uma ideia tão estranha como a riqueza pela riqueza, a ciência pela ciência, etc. Todas as atividades humanas devem servir ao homem se não se quer que sejam vãs e ociosas ocupações; a riqueza existe para ser utilizada pelo homem; a ciência, para ser seu guia; a arte também deve ser de alguma utilidade essencial, e não servir de prazer estéril.”

Para Platão, a função da arte é ao mesmo tempo prática e mística, é a via de ligação entre o homem e o divino, “é um caminho, através do qual o homem pode empreender aquela forma de explicação do mundo” (SUASSUNA, 2009: 191).

Já Fischer (1973: 19), sobre a função social da arte, conclui que

“A arte em sua origem foi magia, foi um auxílio mágico à dominação de um mundo real inexplorado. A religião, a ciência e a arte eram combinadas, fundidas, em uma forma primitiva de magia, na qual existiam em estado latente, em germe. Esse papel mágico da arte foi progressivamente cedendo lugar ao

papel de clarificação das relações sociais, ao papel de iluminação dos homens em sociedades que se tornavam opacas, ao papel de ajudar o homem a reconhecer e transformar a realidade social.”

Desta forma, percebemos que a ideia de arte como função social existe desde o século XVIII até a atualidade. Entre os povos primitivos, a arte se apresentava sob a forma de práticas mágico-rituais “e sua função esteve perfeitamente integrada à vida desses povos, não fazendo sentido falar de arte como um pólo contraposto ao público” (Peixoto, 2003:7). Já no Egito, assim como na Roma Imperial, as artes representavam prestígio e poder; na Grécia, visavam homenagear, honrar os deuses; durante a Idade Média, no Império Bizantino, as esculturas, pinturas e mosaicos serviam para engrandecer a fé através de imagens de santos.

É possível afirmar que “a arte não só precisa derivar de uma intensa experiência da realidade como precisa ser construída, precisa tomar forma através da objetividade” (Fischer, 1973:14). Cada povo, cada civilização teve a arte como parte integrante de sua vida, porém, sua função social foi se transformando e adquirindo novas faces em cada tempo da história.

1.2 - A Arte no Capitalismo

Desde a Idade Média é possível notar uma mudança na função social da arte, quando ela passa a se pautar nos índices de riqueza e poder. As Igrejas e o poder político eram os grandes detentores da riqueza e os que mais tinham acesso às obras de arte, pois faziam encomendas com objetivo de obter prestígio. No entanto, com o desenvolvimento do grande comércio, a classe burguesa também começa a ocupar a posição de consumidora da arte.

Peixoto (2003, p. 7) relata que “no período do Renascimento, a expansão do grande comércio para além mar e a fundação das colônias, ao mesmo tempo em que caracterizaram o início da acumulação do capital, ensejaram a apropriação colonialista de objetos desconhecidos para a cultura europeia e geraram um acúmulo desses objetos nas metrópoles”. Nesse contexto, quando os objetos eram retirados do seu lugar de origem perdiam toda a sua função e o seu valor de uso. A importância cultural daquele objeto se descaracterizava e o seu sentido ficava mascarado transformando-se, assim, em mero valor de troca e passando a ser uma mercadoria sujeita às leis do mercado. O capitalismo transformou tudo em mercadoria e, com o dinheiro, todas as diferenças qualitativas das mesmas desapareceram.

Assim, a arte ficou restrita a uma pequena parcela da população. Passou-se a exigir um

maior preparo intelectual para a sua compreensão e, por não fazer parte deste círculo e pelo fato de não serem compradores, o grande público ficou cada vez mais excluído dos espaços destinados à arte. Na Idade Moderna, com a consolidação da sociedade de classes, ampliou-se o distanciamento entre arte e público. É também aí que o novo modo de produção, ao se consolidar, deu origem a uma ideologia liberal pautada na defesa da propriedade privada visando apenas o acúmulo de riqueza.

No século XVIII, o mercado da arte cria a figura do *marchand* que atuava como um intermediário entre o artista e o seletivo público comprador, negociando os objetos de arte. As obras então passam a ser constantemente feitas por encomenda e de acordo com o gosto do consumidor, o que ocasionou perda de liberdade criativa. No modo de produção capitalista, o trabalhador perde o poder de criar, de planejar, de produzir e destinar aquilo que produziu.

“O artista, a partir de então, ignora quem será seu público, quem adquirirá seu trabalho, que uso fará dele. Diante desse usuário desconhecido, ou melhor, longe dele, o artista pode acreditar que é livre. Cria sua obra com toda ‘independência’, num recolhido isolamento. A atividade artística desembaraçava-se da preocupação com sua própria utilização. Constrói-se um mundo à parte, caracterizado por sua esplêndida inutilidade, sua gratuidade.” [GALARD apud CANCLINI, 1984, p. 99].

O capitalismo destruiu todas as relações diretas entre produtor e consumidor e lançou os produtos num mercado anônimo. Como bem nos afirmam Marx e Engels (1998), no Manifesto do Partido Comunista , “A burguesia despiu da sua auréola sagrada todas as atividades até então veneráveis e reputadas como dignas. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela.” Assim, a arte também se tornou mercadoria e o artista, produtor de mercadorias.

Segundo Fischer (1973, pp. 60-61):

“Por muito tempo, o capitalismo encarou a arte como algo suspeito, frívolo e opaco. A arte não dava lucro. [...] O capitalismo não é, em sua essência, uma força social propícia à arte, disposta a promover a arte. Na medida em que o capitalista necessita da arte de algum modo, precisa dela como embelezamento de sua vida privada ou apenas como um bom investimento.”

O sistema capitalista, ao fazer do lucro o seu objetivo supremo, desumaniza o trabalhador, bem como o seu trabalho e sua criação. O trabalhador só é interessante ao capitalismo enquanto produtor de mais-valia. Deste modo, é possível afirmar que esse é um sistema hostil ao trabalho livre e criador e mais ainda ao trabalho artístico.

1.3 - O Trabalho como Emancipação ou Alienação

O capitalismo fez com que o homem criador, que dominava todo o processo de trabalho e era dono de seu próprio meio de produção, passasse a executar seu ofício de forma mecânica e repetitiva, desconhecendo o processo como todo, pois já não tinha acesso ao mesmo na íntegra e dominava somente uma pequena parcela da produção. Desta forma, o trabalho, que deveria ser o processo de autoconstrução do homem, transforma-se em sua alienação.

O homem, que antes era produtor e detentor dos seus meios de produção, passa a ser uma simples mão de obra. Como afirma Marx (1989, p. 159), “A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objecto, a apropriação como alienação. [...] O trabalhador relaciona-se ao produto do seu trabalho como a um objecto estranho.” Vázquez (1978, p. 205), por sua vez, acredita que “[...] o homem desaparece por trás de um mundo de coisas, de mercadorias, para se tornar uma coisa a mais. Tal é o fenômeno da alienação (ou coisificação) da existência humana.”

Marx e Engels pontuaram que a alienação do homem começa quando ele se separa da natureza por causa do trabalho e da produção. A alienação humana foi realizada pela transformação de tudo e de todos em objetos vendáveis.

“A alienação se caracteriza, portanto, pela extensão universal da “vendibilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em ‘indivíduos isolados’ (*vereinzelte Einzelnen*), que visam aos seus objetivos limitados, particularistas, ‘em servidão à necessidade egoísta’, fazendo

de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade”
[MÉSZÁROS, 1981, p. 8].

O fato é que “ao ser rompida a unidade do trabalho – criar-planejar-executar-destinar – rompeu-se irremediavelmente a unidade do ser humano, foi-lhe roubada a dignidade de homem integral” (Peixoto, 2003, p. 14). Criou-se uma estrutura econômica e social na qual “o caráter genérico do homem”, capaz de agir com liberdade e consciência, ficou impedido de se desenvolver (Marx, 1989, p. 164). Neste contexto, o trabalho ficou totalmente desprovido de sentido e tornou-se uma “fadiga inciativa e extenuante” (Kosík apud Peixoto, 2003: 15). A arte, com sua unidade de criação-produção, não ficou imune a este processo e, segundo Canclini (1984), três níveis de arte passam a coexistir no mundo capitalista: arte elitista; arte para as massas e arte popular.

Na arte elitista, a obra de arte é fetichizada, tida como revelação e expressão de sentimentos e emoções, reconhecendo sua originalidade como valor supremo.

“Arte elitista, originada da burguesia, mas que inclui também setores intelectuais da pequena burguesia, privilegia o momento da produção, entendida como criação individual: supõe que o artístico se realiza, inapreensivelmente, no gesto criador, e substancializa-se na obra de arte” [...] [Canclini, 1984, p. 49].

Na arte para as massas o que interessa é a amplitude do público. Seus temas são de acesso fácil e se apoiam na trivialidade, não tendo nenhuma preocupação com a real necessidade do consumidor. Seu valor supremo é a sujeição feliz.

“A arte para as massas, produzida pela classe dominante, ou por especialista a seu serviço, tem por objetivo transmitir ao proletariado e às camadas médias a ideologia burguesa, e proporcionar lucros aos donos dos meios de difusão. Tem como centro o segundo momento do processo artístico, a distribuição, tanto por razões ideológicas como econômicas” [...] [idem, p. 49].

A arte popular é focada no prazer em produzir objetos e não no consumo mercantil. É produzida pela classe trabalhadora ou por artistas que representam os interesses da classe proletária. A qualidade da produção e a amplitude da difusão são voltadas à satisfação das

necessidades do coletivo.

“Levada a suas últimas consequências, a arte popular é uma arte de libertação. Para isso, deve apelar não só à sensibilidade e à imaginação, mas também à capacidade de conhecimento e ação. Sua criatividade e seu prazer consistem nesse trabalho sobre a linguagem que a potencia até convertê-la numa forma de práxis.”
[idem, p. 50].

É na arte popular que encontramos um maior engajamento político no qual os seus participantes não estão interessados em aderir ao sistema oficial da arte e ao seu mercado. Pelo contrário, buscam uma arte autêntica com o objetivo de instigar a reflexão e confrontar a indústria cultural capitalista que embrutece e aliena os cidadãos. Busca o “processo de humanização e libertação do homem, através da aproximação daquele que produz àquele que consome, tidos ambos como partícipes de um mesmo e único processo vital” (Mészáros apud Peixoto, 2003: 21).

Assim, na sociedade (capitalista) é preciso que a realidade social seja exposta e jogada à luz de todas as formas para que a alienação se esgote. A obra de arte deve causar nas massas, e em todas as classes sociais, um sentimento de aproximação que possibilite uma identificação e instigue ações e decisões. Mesmo que a arte não seja tão eficaz quanto um instrumento decisivo para a transformação de um regime social injusto, ela é um caminho para apoiar movimentos nesse sentido e que busquem resgatar a verdadeira função social da arte que é a emancipação dos sujeitos.

1.4 - Arte como Reflexo e Contestação das Classes Sociais no Brasil: a questão da cultura e dos movimentos sociais.

Dentro das artes existe um certo preconceito em relação ao conteúdo abordado nas criações, por esse motivo a preocupação social quando retratada não é tão apreciada. No entanto, essa temática tem sido constante nas artes visuais de nosso país levando muitos artistas à militância política, principalmente em momentos de efervescência social. De fato, a arte é de alguma forma automaticamente social, posto que reflete (indiretamente) o contexto do homem. Segundo Amaral, a essência educativa da arte pode se dar através de duas formas:

- ▲ Cooperar com a manutenção da ordem social;

- ▲ Cooperar com a construção de uma nova ordem social.

Tomarei como base a segunda vertente, onde alguns artistas têm a preocupação de produzir obras visando alterações e impactos na estrutura de sociedades injustas, utilizando suas produções artísticas como forma de militância política e contestação social. É certo que há aqueles que sequer têm consciência de sua participação nesse processo, no entanto, Amaral (1984: 4) afirma que “[...] haverá também artistas que buscam colocar o seu fazer, o resultado de seu labor, a serviço da sociedade que gostariam de transformar com sua contribuição, ou que sua obra refletisse sua realidade conflitante.” É o caso do muralismo mexicano, dos documentários sul-americanos, dos filmes de Chaplin e das canções de protesto.

No Brasil, três períodos são considerados marcantes nesse processo:

- De 1930 à 1935: que foi marcado pela influência da Revolução Soviética e do Muralismo Mexicano;
- De meados da II Guerra Mundial até 1956: com a campanha pela anistia no Estado Novo, a criação dos Clubes de Gravura e o confronto entre realismo e tendências abstracionistas (primeiras bienais, a partir de 1951);
- Anos 60: distanciamento dos artistas plásticos da militância política e intensa participação dos artistas teatrais (Peças: Roda Viva, Opinião).

Di Cavalcante foi o primeiro artista a fazer uma manifestação escrita sobre a problemática social. Em um texto de 1933, a propósito de uma exposição de Tarsila do Amaral, ele discorre sobre a importância da utilização da arte como forma de "melhora" político-social do homem. Também na década de 30, outros artistas já retratavam em suas obras a temática operária demonstrando suas preocupações com a ordem social. Eram comuns reuniões onde se discutiam a situação nacional e internacional, o que mostra que eram artistas ligados aos problemas de seu tempo. Já nos anos 20, influenciado pelo expressionismo alemão, Lívio Abramo foi o pioneiro (entre os artistas) a retratar em suas criações uma preocupação social: retratou em suas xilogravuras a luta de classe, os operários nas fábricas e em protestos. Segundo Mario Pedrosa (1975:278), "havia nos xilos e linóleos de Abramo, num desenho límpido e forte, um acento caloroso de solidariedade de classe."

À época do “Milagre Brasileiro”, entre 1969 e 1973, no governo Médici, a arte passou a ser vista como especulação visual e andava de mão dadas com o mercado, o que tornou as produções mais individualistas e experimentais, sem comunicação com o grande público. Daí diz-se que a arte contemporânea é uma manifestação feita por pequenos grupos para grupos

menores ainda e, segundo Mikel Dufrenne, é uma nova segregação.

Deste modo, torna-se urgente a construção de uma nova sociedade e a produção e disseminação de uma arte autônoma em relação aos interesses do mercado. Esta, ao invés de ser subordinada à reprodução do capital, deve propiciar uma formação crítica e criadora de indivíduos autônomos e independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente e resistir à massificação da arte e da cultura. Ao resistirem, esses grupos e indivíduos contribuem para a superação da indústria cultural imposta pelo sistema capitalista.

Podemos afirmar que a arte é considerada necessária dentro de um contexto revolucionário, deve ter um alcance social imediato, incitar a resistência e despertar uma consciência crítica e política para, assim, provocar os sujeitos a terem voz ativa na elaboração de políticas sociais e culturais, bem como a alcaçarem à sua emancipação enquanto cidadãos.

"Nós artistas não podemos nos separar da humanidade, com veleidades de possuirmos qualquer coisa de superior aos nossos semelhantes. Por isso, quando um artista sente-se incompreendido não pode repudiar a incompreensão que o circunda, deve ao contrário procurar as razões dessa incompreensão. E elas só poderão se encontrar no estado social que as determinam."

[Di Cavalcante, 1933].

Como arte e cultura são intrinsecamente vinculadas, não podemos abordá-las de forma separada. Para tanto, é necessário realizar um breve contexto histórico da cultura e como ela se apresentou no Brasil em diferentes épocas. A partir daí, discutiremos sua relação com a política e com os Movimentos sociais.

1.4.1 - Cultura, Cultura Política e Movimentos Sociais

A palavra cultura vem do latim – *colere* – e significa cultivar. Na antropologia, a cultura se apresenta como interação social dos indivíduos que, a partir daí, constroem seus valores, suas identidades e diferenças. Para a sociologia, no entanto, ela "é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão"(Botelho, 2001: 74). Neste trabalho, o conceito de cultura adotado é o que consta no Dicionário Filosófico Abreviado².

2- O Dicionário Filosófico Abreviado, de M. Rosenthal e P. Iudin, Ediciones Pueblos Unidos, Montevidéu, 1950, define a cultura como o "conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de

A cultura não é a mesma para toda sociedade e, desta forma, as manifestações e dimensões culturais se relacionam com as diferentes classes e grupos que a constituem, pois cada cultura é resultado de histórias e realidades particulares e é natural que cada grupo e cada classe social tenha seus próprios padrões e valores culturais. Santos (1986:7) afirma que a história registra as transformações por que passam as culturas e que a discussão em torno da mesma “é uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro.”

O Brasil sofreu bastante com a transplantação³ da cultura, com a não valorização de sua identidade cultural que acabou por provocar a total opressão da cultura indígena. Na fase colonial tivemos traços de brutalidade com a destruição de comunidades primitivas e de seus valores culturais. O ensino, nessa época, por conta dos religiosos, era caracterizado pela alienação, pelo desinteresse da cultura nacional e tinha forte cunho religioso. As atividades culturais eram inexistentes, pois “a classe dominante não necessitava dela, e a classe dominada não a podia sustentar” (SODRÉ, 2003: 24), além do que eram tidas como específicas da ociosidade.

À época da mineração a classe dominante ainda é menos numerosa que a classe dominada, mas o número de habitantes cresce em pouco tempo e, devido ao desenvolvimento do mercado interno, inicia-se o comércio entre as regiões. A pequena burguesia, caracterizada por mineradores e comerciantes, assume funções de natureza intelectual e consumidora de produtos do trabalho intelectual em busca de ascensão. E é nessa classe social onde a cultura se desenvolve, pois encontra aí receptividade às manifestações artísticas. A cultura encontra espaço e desperta interesse inicialmente na classe intermediária, mas em seguida também na classe dos senhores, porém apenas como forma de ostentação. Nesse período acontece a generalização do uso de instrumentos musicais, com destaque para o piano na educação feminina, e de obras de artes nas igrejas.

sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. [...] Entre os índices mais importantes do nível cultural, em determinada etapa histórica, é preciso notar o grau de utilização dos aperfeiçoamentos técnicos e dos desenvolvimentos científicos na produção social, o nível cultural e técnico dos produtores dos bens materiais, assim como o grau de difusão da instrução, da literatura e das artes entre a população” (p. 104).

3- Sodré, em seu livro "Síntese de História da Cultura Brasileira", afirma que o Brasil é uma "civilização" transplantada, pois os elementos destinados à empresa de colonização, tanto os senhores como os trabalhadores (no caso, os escravos) vieram todos do exterior. Assim, "numa produção transplantada e montada em grande escala, para atender exigências externas, surge naturalmente uma cultura também transplantada"(p.11).

Com a transferência da sede do governo colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, tem-se a necessidade de divertimentos públicos e de salão devido ao aumento do número de habitantes. Assim, “quando a corte lusa chega ao Brasil, encontra os monumentos do barroco já marcando a paisagem, com o seu traço particular” (SODRÉ, 2003: 40).

Segundo Sodré, o governo de D. João VI (1808-1821), foi importante para a cultura, pois teve a iniciativa de trazer a missão artística francesa com nomes como Debret e Taunay, primeiro núcleo de docentes da Academia de Belas-Artes que começou a funcionar em 1826.

“Dois aspectos se destacam, no impulso dado à cultura, quando do governo joanino, aspectos especificamente quantitativos: as atividades ligadas ao conhecimento do país, particularmente pelo levantamento das variedades de plantas e animais, e incentivo dado às expedições científicas, logo adiante, e no mesmo rumo de acumulação informativa; e as atividades ligadas ao provimento de modelos europeus e ao recrutamento de discípulos, de que foram manifestação concreta a fundação de escolas de arte e de museus e a contratação de mestres estrangeiros”
[Sodré, 2003:41].

No entanto, a atividade cultural desse período não tinha utilidade ou prazer próprio, era destinada a preencher lazeres e trazer enobrecimento. Aqui (e até hoje), cultura e aristocracia são interligadas, sendo seus principais divulgadores os padres e os bacharéis letados que mantinham simpatia pela revolução burguesa. Estes ocupavam também a área política com forte influência e faziam manifestações de rebeldia através da imprensa.

Ao final do século XIX, as camadas cultas ainda “permanecem ilhadas, impotentes os seus elementos para se realizarem como tais” (idem: 63); daí o gosto da arte pela arte, despojada de uma função social. Com a transição do século XIX para o século XX, após grande movimento com as questões políticas – tais como a Abolição e a República – e intensa agitação cultural, o marasmo volta a dominar o ambiente.

No Brasil, o desenvolvimento da relações capitalistas ganhou intensidade com a Primeira Guerra Mundial e principalmente depois dela. A indústria nacional operou grande avanço e a acumulação interna cresceu. Implanta a lógica do capital teve início a luta de classe.

O pós-guerra foi um tempo de efervescência política e cultural. “Nessa efervescência,

aparecem elementos importados, definindo os traços persistentes da alienação e as transformações em escala mundial, e elementos internos, definindo um grande esforço de originalidade, de autenticidade” (idem: 67), como uma forma de reação ao passado colonial, fase de transplantação da cultura e alienação.

Podemos afirmar que, historicamente, a cultura se apresentou como diferenciadora das classes sociais, pois sempre ficou sob o domínio da burguesia, o que causou uma estratificação social que se acentuou com o capitalismo: uma minoria é detentora dos meios culturais e políticos ocasionando a limitação das possibilidades de escolha da maioria.

“Por mais democrática que seja a sociedade, por mais ativa que seja a participação do Estado na produção da cultura objetivando sua democratização, existe no capitalismo a lógica de classe que estratifica, que separa consumo da produção cultural de acordo com as classes sociais. Essa é uma lei da qual a sociedade de classes não pode prescindir. Aliás, não só no plano da cultura, mas em todos os setores da atividade humana” [CALDAS, 1986: 29].

Essa estratificação social é de grande importância para a burguesia, pois há o temor de que com a democratização da cultura ocorra, consequentemente, a democratização do poder. Desta forma, a produção cultural livre é considerada perigosa, pois é subversiva aos olhos do poder. A ditadura militar expressa essa forma de dominação, pois durante esse período as diversas formas de expressões e produção cultural que tinham o objetivo de contestar e fazer críticas ao sistema vigente foram censuradas e seus idealizadores foram punidos, inclusive com o exílio de seu próprio país.

É com o movimento operário que surge essa consciência de política cultural e a cultura passa a ser usada como instrumento de revolução e transformação social. É a política a serviço da cultura fomentando seu poder e gerando transformações sociais. Embora haja, no capitalismo, uma dificuldade de expressão das culturas populares, é necessário pensar numa reorganização no campo cultural a fim de que amplie-se a participação democrática dos sujeitos e os mesmos passem a reconhecer suas próprias demandas para a construção de políticas sociais e culturais, pois “[...] a sociedade civil é o grande sujeito da cultura”(Coelho, 2003: 218). É justamente com esse papel que os movimentos sociais, em sua fase inicial, ganham destaque na sociedade.

Nos anos 1970, ainda no Regime Militar, tem-se “a emergência heroica dos

movimentos” (Cardoso, 1994: p.81) que teriam a função de realizar uma quebra no sistema político e nas relações clientelistas, e construir novos instrumentos de participação para além dos partidos e associações. Os movimentos sociais eram cercados pelas ideias de espontaneísmo, autonomia e mudança na cultura política. Tais ideias pediam uma participação anti-Estado e anti-sistema político em geral; aqui, o Estado era visto como inimigo.

O papel crítico dos movimentos sociais estava em construir uma nova noção de cidadania que ia contra a concepção minimalista do Estado e da democracia, buscando uma redefinição do sistema político, das práticas econômicas, sociais e culturais. Desta forma, várias das lutas que constavam na agenda dos movimentos foram traduzidas em políticas públicas e culturais.

“Na América Latina, a expressão ‘política cultural’ designa normalmente as ações do Estado ou de outras instituições com relação à cultura, considerada um terreno específico e separado da política, muito frequentemente reduzido à produção e consumo de bens culturais: arte, cinema, teatro, etc”
[ALVAREZ et all, 2000: 17].

As maiores preocupações das políticas culturais são a legitimação das relações sociais desiguais e a luta para transformá-las. Segundo Jordan e Weedon (apud Alvarez, 2000: 22), “para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla para transformar a sociedade”. Os movimentos de hoje (América Latina) - em sua maioria - têm políticas culturais e suas atividades coletivas são vinculadas à cultura; tais atividades e contestações buscam redefinir o sentido e os limites do próprio sistema político.

Ao apresentarem concepções alternativas de democracia e cidadania, desestabilizando seus significados e desafiando culturas políticas dominantes, os movimentos que surgiram nas últimas décadas estão pondo em ação uma política cultural e desenvolvendo versões plurais de uma cultura política. Ainda assim, a contribuição dos movimentos sociais para o aprofundamento da democracia foi questionada por alguns teóricos da "consolidação democrática" (Dagnino, 2000: 79), sob a alegação de que eles são "irrelevantes e até desestabilizadores para a institucionalização democrática, ou incapazes de adaptar-se à nova arena política formal representativa" (idem), sem, no entanto, levar em consideração a existência de concepções alternativas de democracia e arena política.

Em busca da efetivação da cidadania é que grupos e classes sociais se organizam e

lutam por mudanças culturais na sociedade, confrontando a cultura autoritária que estabelece um lugar para cada classe social e reproduz as desigualdades entre as mesmas. Nesse sentido, a luta dos movimentos sociais não é apenas pela redefinição do sistema político, mas também pela noção do direito a ter direitos.

"Para os movimentos populares urbanos, a percepção das carências sociais como direitos representou um passo crucial e um ponto de inflexão em sua luta. Para outros movimentos sociais, como o ecológico e os conduzidos por mulheres, negros e homossexuais, a luta pelo direito à igualdade e à diferença encontrou claro apoio na noção redefinida de cidadania"

[Dagnino: 2000: 83].

Podemos, assim, afirmar que o direito à diferença e à igualdade estão na base de uma nova noção de cidadania e esta, por sua vez, tem como base a transformação social através de uma construção democrática entre cultura e política. A noção do direito a ter direitos não se limita à implementação de direitos formais, mas busca a inclusão dos que surgem das lutas específicas de cada movimento. Desse modo, é necessário que os mesmos definam o que consideram como sendo os seus direitos e lutem pelo seu reconhecimento e inclusão no sistema político, sendo também co-participantes do governo e sujeitos sociais ativos.

É claro que os movimentos sociais não são imunes às relações clientelistas e práticas autoritárias, porém temos que reconhecer seu valor na sociedade civil ao desenvolverem uma democratização não só do regime político, mas da sociedade como um todo, fazendo uma reivindicação radical pela transformação das instituições políticas e do Estado e pela sua participação dentro desse processo.

A Constituição de 88 (a chamada Constituição Cidadã), também fruto das lutas dos movimentos sociais, trouxe consigo a possibilidade de maior participação da sociedade civil nas decisões públicas⁴, na busca pelo direito a ter direitos e na construção de uma cidadania ativa, modificando a sua relação com o Estado. Dentro desse contexto, o Serviço Social é uma das profissões que mais atua na linha da garantia de direitos, tendo um olhar crítico sobre as relações capitalistas, e é sobre o seu Projeto Ético-político e suas formas de atuação que discutiremos no segundo capítulo deste trabalho.

4- Tais participações se deram pela via de conselhos municipais, orçamentos participativos, fóruns de incentivo, etc, que propõem a democratização do Estado e a politização da sociedade civil.

Capítulo 2 - A Instrumentalidade do Serviço Social: questões metodológicas e o Projeto Ético-político.

O objetivo desse capítulo consiste em realizar uma reflexão sobre a instrumentalidade e as competências (ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativa) das(os) assistentes sociais na atualidade. Para tanto, o ponto de partida é analisar o Serviço Social no início da profissão, seu caráter conservador e assistencialista, a intenção de ruptura e como ele avançou com o Movimento de Reconcepção, buscando novos instrumentos que respondessem de forma eficiente às demandas da sociedade e que ajudaram a construir uma nova imagem da profissão. Ao discutir sobre a instrumentalidade do Serviço Social abordaremos como a categoria entendeu que a prática não se limita aos instrumentos técnicos operativos e a concepção tecnicista da intervenção. Em seguida, abordaremos o Projeto Ético-político profissional, os valores e teorias que orientam a prática e a constante luta das(os) assistentes sociais para enxergar a problemática da questão social para além do que está explícito, buscando intervir na particularidade mas tendo em mente a totalidade e descobrir de que maneira o projeto hegemônico crítico está sendo implementado no exercício do trabalho.

2.1 - Metodologismo da Ação Profissional: o processo de renovação do Serviço Social

É sabido que o Serviço Social surge na esteira da Revolução Industrial, que propiciou a ascenção da sociedade burguesa, do sistema capitalista e da desigualdade entre as classes. A profissão nasceu como uma necessidade de intervenção na sociedade afim de evitar conflitos com o proletariado e tornar menores as sequelas do processo de exploração inerente ao modo de produção capitalista; desta forma, teve "a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes - alienação, contradição, antagonismo" (Martinelli, 2008, p.66). No Brasil, a emergência da profissão se deu nos anos 30 do século XX, juntamente com a consolidação do capitalismo no país. Assim, o serviço social, em seu início, foi uma importante estratégia de controle social, mascarada como uma prática a serviço da classe trabalhadora.

Historicamente, o Serviço Social foi marcado pelo caráter de ajuda e caridade, estando intimamente vinculado à Igreja Católica. Sendo assim, instaurou

“uma forma de intervenção ideológica que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a posição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico: a estreita aliança com o ‘fascismo nacional’, o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes” (Iamamoto e Carvalho, 1983: 221-222).

Na década de 1960, surge (na América Latina) um movimento que questionava o tradicionalismo e o conservadorismo da profissão - de cunho assistencialista e paternalista - através de uma série de debates e discussões acerca da científicidade da prática profissional. Com o intuito de se reorganizar enquanto categoria, os profissionais do Serviço Social começam a fazer uma revisão de seus referenciais teóricos e ideológicos para, assim, romper com sua prática paliativa e burocratizada. Essa discussão se estendeu por vários anos e resultou no Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Porém, o contexto político-econômico em que se encontrava o Brasil à época da Ditadura ajudou a conter os avanços na profissão, reaparecendo com força nas décadas seguintes, principalmente nos anos 1980.

A crítica que se fazia ao Serviço Social "tradicional"⁵ era relativa aos fundamentos e à prática da profissão que se apresentava através de "bases ético-morais" e sem nenhuma validação teórica, já que a literatura produzida sobre o Serviço Social até a década de 1960 era escassa. Segundo Netto (2009, p. 131), é na validação teórica "que avulta, mais que em qualquer outro nível da profissão, o processo renovador." A crítica à perspectiva funcionalista da profissão surge nos seminários de Araxá e Teresópolis através da preocupação com a sistematização da teoria do Serviço Social. José Lucena Dantas, um dos protagonistas do funcionalismo, trouxe a ideia de que o Serviço Social deveria se preocupar com o *modus operandi* e o metodologismo, reconhecendo esse como o perfeito produto da modernização do Serviço Social. Em outras palavras, acreditava que a prática do Serviço Social deveria ser um modo organizado e sistemático de prestação de serviços, considerando como centralidade da

5- O Serviço Social tradicional era voltado para uma prática empirista e funcionalista, baseado por uma ética liberal-burguesa, e se estendeu até o movimento de Reconceituação da profissão.

Teoria Geral da profissão a metodologia da ação. Dantas afirmava ainda que a formulação de uma prática do Serviço Social, adequada à realidade brasileira, depende da solução de um problema metodológico.

No Documento de Araxá há uma vinculação com a ideologia desenvolvimentista inserida na perspectiva de renovação da profissão ao colocar a prática como corretora de desajustes sociais. Netto (1992), no entanto, faz uma crítica ao documento afirmando que, embora ele tivesse uma intenção ruptura, não consegue romper com o conservadorismo e reduz a teorização a uma abordagem técnica e operacional fazendo com que o tradicionalismo se dê sob novas bases; há uma desqualificação do político, substituído pelos aspectos administrativos.

O documento de Teresópolis, por sua vez, trouxe uma preocupação com o metodologismo, com a necessidade de estudos metodológicos aplicados à realidade brasileira. É Dantas que fornece os alicerces para esses estudos, oferecendo ao debate uma concepção articulada com a metodologia do Serviço Social e compatível com a perspectiva modernizadora. Porém, o que o documento de Teresópolis representou foi a cristalização dessa perspectiva ao se basear numa intervenção planejada e na metodologia exigida pela autocracia burguesa.

Desse modo, podemos afirmar que tanto o documento de Araxá quanto o de Teresópolis representam a afirmação e a cristalização da perspectiva modernizadora fundamentadas na sociologia funcionalista.

A crítica de José Paulo Netto ao Serviço Social tradicional acontece a partir do próprio Movimento de Reconceituação, na década de 1960. Segundo ele, o processo de renovação ocorreu em três direções: *Modernização Conservadora* (já citada), onde o Serviço Social modernizou suas técnicas e estratégias de intervenção, ainda, sob a orientação conservadora; *Reatualização do Conservadorismo*, que recupera o passado da herança conservadora sob o viés da fenomenologia (sem recorrer, no entanto, às fontes e autores principais como Heidegger, Husserl e Scheler) e repudia os padrões crítico-dialético de raiz marxiana; *Intenção de Ruptura* (discutido a seguir), onde há uma interlocução com o marxismo e um amplo debate apontando para a verdadeira teoria social crítica (o núcleo pautava-se na crítica ao serviço social tradicional, seus aportes teóricos, metodológicos e ideológicos) que teve como seus principais interlocutores Iamamoto, Netto e Faleiros. Esse processo acontece em momentos distintos: a emersão, de 1972 a 1975, a consolidação acadêmica, de 1975 a 1978 e

o espraiamento na categoria, a partir de 1982/83 (que rebate nas universidades, na formação acadêmica e marca a produção intelectual)⁶.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorreu em toda a América Latina e posicionou os profissionais de maneira crítica, visando romper com a herança conservadora e com a subalternidade executiva. Com o movimento de Reconceituação há uma melhor compreensão da prática profissional, até o momento voltada para uma abordagem funcionalista e cristalizada que intervia basicamente nos âmbitos do Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. Assim, surge uma nova face da profissão que tem por objetivo encontrar a legitimidade de sua prática através de respostas a demandas sociais, bem como a da garantia de direitos.

"A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade"
[Iamamoto, 2007, p.37].

É nesse momento de quebra com o tradicionalismo e distanciamento da Igreja Católica que se inicia o amadurecimento de setores da categoria profissional, que começam a se relacionar com outros profissionais e grupos politicamente organizados; e nas escolas de Serviço Social tem-se o avanço do movimento estudantil. Nesse contexto, acontece uma aproximação da profissão à tradição marxista⁷ e o início de suas próprias produções. Segundo Iamamoto (2009, p. 210),

"O encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da prática político-partidária. Por meio dela muitas inquietudes foram transferidas da militância política para a prática profissional, estabelecendo-se frequentemente uma relação de identidade entre ambas, deixando de lado suas

6- Texto produzido por Angela Neves (2010) em virtude do concurso para contratação de professores da Universidade de Brasília.

7- Essa aproximação foi amplamente discutida por Rodrigues da Silva em seu livro "Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos". São Paulo, PUC-SP, 1991.

diferenças e, assim, impossibilitando a análise criteriosa de suas mútuas relações."

No entanto, a apropriação da teoria marxiana aconteceu, num primeiro momento, de forma errônea, não orientada para as fontes clássicas e contemporâneas (fala-se de uma *aproximação a um marxismo sem Marx*). Por estar na contramão da "ideologia oficial", o debate sobre a reconceituação ficou comprometido e restrito a uma minoria de profissionais, e o seu enfrentamento "vai dar-se tardiamente no Brasil, no bojo da crise da ditadura" (Iamamoto, 2009, p.215).

Na transição dos anos 70-80, quando a Ditadura no Brasil começa a perder sua legitimidade, ocorre a emergência do movimento operário (como sujeito político) no cenário político-social. Aqui, acontece uma ruptura com o mito da neutralidade, e uma tomada de partido em favor dos interesses dos trabalhadores (ao mesmo tempo que os próprios assistentes sociais se descobrem como trabalhadores). Assim, é no contexto de reativação da vida cultural, de mobilização dos trabalhadores urbanos e de movimentos de cunho popular e democrático que se dá a luta pela quebra do conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

"A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional"
[Netto, 1999, p.10].

Nessa época, no campo da produção de conhecimentos, foi possível notar críticas ferrenhas às relações sociais e econômicas vigentes. Houve uma sintonia do Serviço Social com a massa trabalhadora e seus projetos societários. Netto (idem, p.11) pontua que "pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes."

O aprofundamento teórico e a prática renovada permitiu que o Serviço Social se enveredasse em um processo de superação das antigas rotinas funcionalistas e assistencialistas, buscando fundamentos sólidos que orientassem sua atuação e iniciando uma aproximação às manifestações populares e aos movimentos sociais. Ao incorporar elementos do pensamento marxista foi possível melhor redefinir a profissão, recuperando a centralidade

do trabalho na prática social e na ontologia do ser social. É necessário que o debate sobre a prática profissional seja constantemente incentivado pelas(os) assistentes sociais, principalmente no âmbito acadêmico, para que os futuros profissionais sejam capazes de responder, de forma eficiente e de acordo com as necessidades da sociedade, as demandas e as novas expressões da questão social.

2.2 - A Instrumentalidade do Serviço Social

Após 50 anos do início do movimento de reconceituação, podemos afirmar que o Serviço Social continua em um processo de amadurecimento no modo de pensar a profissão, estando esta em permanente (re)construção. Por ser uma profissão eminentemente intervintiva, é fundamental que nossa prática se estruture junto com as transformações da sociedade e com as demandas que se apresentam no cotidiano. Concordando com Iamamoto (2009, p.49), a(o) assistente social dever ser

"[...] um profissional afiado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender ‘o tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo também para moldar os rumos de sua história."

É através da alteração nas condições existentes no meio em que atuam e nos instrumentos que utilizam para o alcance dos objetivos profissionais que as(os) assistentes sociais dão instrumentalidade às suas ações, no confronto entre condições objetivas e subjetivas.⁸ A instrumentalidade do Serviço Social é aqui entendida como uma propriedade constitutiva da profissão, resultado das determinações histórico-sociais. Mas, ela não se resume apenas aos instrumentos e técnicas, diz respeito também à qualidade, à capacidade e ao conjunto de mediações que cercam o fazer profissional. No entanto, Guerra (2009) afirma que o Serviço Social, em sua literatura, traz evidências da insuficiência e lacunas quanto a abordagem das questões que permeiam a intervenção profissional.

8- Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade: divisão social do trabalho, propriedade dos meios de produção, campos de intervenção, relações e condições materiais do trabalho; já as subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico (ver Guerra, 2002, p. 53).

"O processo de renovação vivenciado pelo Serviço Social, a partir da década de 60, caracterizado pela presença de novas forças no seu interior como determinação particular de um processo mais amplo, que se constitui na intersecção de forças sócio-políticas, econômicas e culturais de 'novo tipo' que figuram no cenário nacional, coloca à intervenção dos assistentes sociais demandas e requisições sobre as quais nosso conhecimento teórico não alcançou suficientemente seu núcleo racional" [Guerra, 2009: 22].

No início da profissão, havia uma clara divisão entre "trabalho intelectual" e "trabalho manual" (divisão essa que veio a ser criticada pelo Movimento de Reconceituação), ficando para o Serviço Social a função de executor das políticas sociais já que as estas eram elaboradas por terceiros. Desta forma, antes da Reconceituação eram os resultados imediatos - a dimensão técnica - da ação que conferiam legitimidade à profissão. Hoje sabemos que o Serviço Social, enquanto utilidade social, ganha consistência quando responde às necessidades das classes sociais, convertidas em demandas para os profissionais, e faz com que essas respostas tenham significado. Assim, o debate que se instaurou na profissão nos anos 60, e ganhou força no anos 80, foi o ponto de partida para uma reflexão acerca dos instrumentos e técnicas do fazer profissional e tinha a intenção de dar ao Serviço Social um estatuto científico.

Na transição da década de 80/90 se instaura na profissão o debate sobre a instrumentalidade, retomando a discussão sobre o instrumental. A discussão sobre aquela deve anteceder a discussão dos instrumentais técnico-operativos, tendo em mente que há uma distinção entre ambos. Segundo Guerra (2002), a instrumentalidade significa a mediação entre o pensar e o real a partir das intenções que estão na consciência dos sujeitos da prática. Assim, em primeiro lugar, é necessário compreender a dimensão que a profissão ocupa na sociedade e as consequências mediatas que nossas ações profissionais produzem, uma vez que a prática é dotada de mecanismos de contradição.

Havia na profissão uma preocupação com a carência de produções voltadas para o técnico-operativo que, antes da Reconceituação, era entendido como regras formais que determinavam os procedimentos e acabavam por normatizar o agir profissional. Antes da requisição por novos instrumentos técnico-operativos, a profissão carece de uma

racionalidade com fundamentos e expressões das teorias e práticas capazes de iluminar as finalidades a partir das quais o aparato técnico é mobilizado. Há no Serviço Social uma tendência em atribuir aos instrumentos e técnicas um status superior àquele que é dado aos demais componentes da prática; é o processo de *fetichização* que se dá pela autonomização do instrumental técnico (independente do projeto profissional) e que penetra nas representações das(os) assistentes sociais sob a forma de elementos que mediatizam a sua intervenção. Assim, são diferentes formas de apreender o real que correspondem a ações profissionais diversificadas.

A Reconceituação, no entanto, trouxe a práxis como um elemento importante que tem na atividade seu traço vital, pois a legitimidade da profissão não depende apenas do acervo teórico-metodológico. A práxis deve refletir a teoria, porém não deve se limitar à interpretação literal. Ela une os fundamentos teóricos, metodológicos, ideológicos e históricos, e só alcança seus objetivos quando está conectada à realidade em que atua, sendo capaz de refletir criticamente sobre a mesma.

"A ruptura com a visão e a condição do técnico, bem como a procura de inscrição da prática do Serviço Social nos quadros complexos da totalidade social, afirmam o estatuto de um profissional que quer entender sua prática e entender-se na globalidade do processo social. E isso representa um recurso indispensável para não nos tornarmos profissionais cooptados" (Iamamoto, 2007, p.180).

A intenção de ruptura abriu os olhos para uma análise e um conhecimento crítico da realidade social e a partir daí foi possível estudar formas de (re)construir os objetos de intervenção. Para tanto, foi necessário aproximar o diálogo com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, fase que os pensadores contemporâneos do Serviço Social chamam de "maturidade acadêmica e profissional."

Reconhecendo a instrumentalidade com um conjunto de saberes específicos podemos afirmar que ela se baseia em três dimensões prático-formativas, que Iamamoto (2009) reconhece como as competências das(os) assistentes sociais na atualidade. A competência *ético-política* é referente à capacidade de analisar a sociedade e se posicionar politicamente (não neutralidade do profissional) frente às contradições de uma realidade social, além de ter

consciência da direção social que irá imprimir em sua intervenção; a competência *teórico-metodológica* exige um profissional atento à realidade social, política, econômica e cultural em que trabalha e que seja capaz de apreender a dinâmica e a essência da sociedade para além dos fenômenos aparentes, afim de construir suas possibilidades de intervenção; a *competência técnico-operativa* refere-se aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção; tais instrumentos não são uma "receita de bolo" que seguimos o passo a passo, eles são construídos juntamente com a população usuária e as instituições contratantes, de maneira que responda às demandas da realidade social.

Essas competências não podem ser desenvolvidas separadamente, o que coloca ao Serviço Social o desafio constante de articular teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação. Caso não haja essa articulação, o profissional corre o risco de uma intervenção desqualificada além de ferir os princípios éticos fundamentais da ação profissional.

Diante das dimensões prático-formativas, podemos afirmar que o conhecimento da realidade social é o principal instrumento de trabalho da(o) assistente social, pois é a partir dessa consciência que se pode ter a real dimensão das inúmeras possibilidades de intervenção. Para tanto, é preciso observar constantemente as mudanças da sociedade e buscar estar sempre atualizado para não cair na repetição mecânica do início da profissão. Os profissionais devem, ainda, ter em vista que a sociedade é uma totalidade e portanto não se pode perder a dimensão social dos fatos. Toda situação deve ser analisada partindo da singularidade para a totalidade pois é na relação entre as duas que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação para além do que se expressa aparentemente.

No entanto, a aplicação dos instrumentos na realidade não é tarefa fácil. O que se aprende na formação acadêmica é demasiado teórico, o período de estágio curricular é muito curto para analisar e aplicar a instrumentalidade nas configurações do saber e do fazer profissional da(o) assistente social. Notamos uma contradição com o projeto profissional (que será discutido adiante) que "formula, entre outros componentes, um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional" (Netto apud Guerra, 2007, p. 10).

"A instrumentalidade do Serviço Social é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional [...]. A ausência ou a

insuficiência da tematização desta dimensão da profissão produz, por uma lado, o discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações finalísticas, repetitivas, modelares"
(Guerra, 2009, p.38).

Para pensar a instrumentalidade do Serviço Social é preciso ir além da especificidade da profissão, ou seja, é preciso ter clara as infinitas possibilidades de intervenção profissional, o que para Iamamoto (2009) é "tomar um banho de realidade." Conhecer a instrumentalidade do Serviço Social significa equacionar e esclarecer o mais adequadamente possível a dimensão instrumental da profissão e resgatar os espaços das demais dimensões (ético-política, pedagógica e intelectual). Se o Serviço Social não tivesse, em sua trajetória, repensando sua prática e criado novos instrumentos e técnicas de intervenção provavelmente ainda estaria sendo um mecanismo de execução de políticas sociais, distante de suas reais atribuições, dentre elas, a de viabilizar direitos e mobilizar a reivindicação e a participação dos indivíduos nas decisões institucionais. Essas atribuições estão previstas no Projeto Ético-político da Profissão que "pauta-se na perspectiva da totalidade social e tem na questão social a base de sua fundamentação" (CFESS/CRESS, 2009, p.22).

De acordo com Guerra (2007, p. 8), quando uma profissão se orienta por um projeto profissional crítico ela tem a possibilidade de tomar consciência dos fundamentos sobre os quais a prática profissional se desenvolve, do conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modos de operar construídos e legitimados pela categoria profissional, cujos conteúdos objetivem a crítica da sociedade capitalista. Nesse sentido, a objetivação das ações profissionais depende de um projeto profissional, de suas intenções, objetivos e finalidades, pois toda ação está estritamente vinculada a um modo de pensar e agir, não se encerrando na razão de ser do serviço social, mas em conhecer a profissão.

2.3 - O Projeto Ético-Político do Serviço Social

A discussão sobre o Projeto Ético-político da profissão, bem como a sua maturação, vem sendo feita desde a segunda metade dos anos 1990, mas, sua construção data dos anos 60-80, com o movimento de reconceituação e o Congresso da Virada⁹.

9- O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS - ocorreu em São Paulo no ano de 1979 e tornou-se um marco referencial na luta por mudanças no Serviço Social brasileiro. Também "marcou uma articulação conjunta das entidades de Serviço Social ABESS/CFES/ENESSO, para repensar sobre questões da profissão e as

Foram as críticas feitas ao modelo histórico conservador do Serviço Social que fizeram com que a profissão se encaminhasse para uma prática alternativa na ação profissional. A construção de um novo projeto não foi aceito por todo o corpo profissional porém,

"desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979, o Congresso da Virada), os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político, que acabou por redimensionar amplamente a organização profissional"

[Netto, 1999, p.10].

Nesse novo projeto profissional, as(os) assistentes sociais almejavam compreender melhor o significado social da profissão, seus valores e as teorias que orientavam sua prática através de um amadurecimento político, ético e teórico. Segundo Martinelli (2008, p. 140), é a partir da construção de uma consciência social crítica, "através da ruptura da alienação" que as(os) assistentes sociais "puderam perceber o caráter conservador, subordinado e burguês de suas práticas". Os profissionais do Serviço Social começam então a buscar referenciais teórico-metodológicos que sustentassem a nova proposta de profissão e formação que constam no Código de Ética de 1986. Mas é somente a partir dos anos 90 que a ética ganha centralidade na formação profissional, principalmente com a reformulação do código de ética profissional, em 1993.

A partir de então ocorre uma ampliação no debate sobre ética, indo além da profissão e do código, e a mesma é reconhecida enquanto disciplina de natureza ontológica. A ética passa a ocupar uma posição privilegiada no currículo, constituindo-se um dos eixos fundantes que dá direção à formação. Aí se encontra o seu caráter de centralidade na formação profissional (Brites & Barroco, 2000).

A formação profissional também passou por uma reestruturação - com as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social, em 1996 - e torna-se fundamental formar

estratégias para utilizar e qualificar a ética, a crítica, a política e tecnicamente a formação e o exercício profissional" (Maria Madalena do Nascimento Sartim - Vice-Presidente do CRESS-17). Este Congresso - conhecido como o Congresso da Virada -, contou com a participação de líderes do movimento sindical e ocorreu no período de transição democrática brasileira; foi fundamental para a constituição de um Serviço Social crítico e acabou por contribuir para a construção do Projeto Ético-político da profissão.

profissionais capazes de dar respostas às demandas da sociedade e às expressões da questão social.

"É neste processo que foram resignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, [...] numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários" [Netto, 1999, p.13].

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, também sustentado pela Lei de Regulamentação da Profissão (n. 8662 de 07/06/1993), tem compromisso com um projeto societário mais amplo que visa a construção de uma nova ordem social sem dominação e exploração de classes, contribuindo, assim, para uma sociedade digna e justa. Além disso, tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central o que possibilita a autonomia e a emancipação do indivíduos.

No entanto, o Serviço Social é uma profissão que também tem sua força de trabalho vendida para o mercado; as instituições empregadoras acabam por definir as atribuições, os projetos e atividades para as quais o profissional é contratado, limitando sua autonomia. Alguns questionamentos tornam-se evidentes: como as(os) assistentes sociais podem transformar em ações concretas e qualificadas suas intenções, que estão além da prática e dos instrumentos rotineiros? Por que a profissão deve se orientar por um projeto profissional se, na realidade, a prática é limitada? E como realizar esse projeto no cotidiano da intervenção? Guerra (2007, p. 9) afirma que

"Para uma profissão, ser orientada por um projeto profissional crítico significa, ainda, a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando a defesa permanente dos direitos sociais e humanos, considerados como conquista da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas

progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo."

Devemos ressaltar a importância da dimensão ético-política da competência profissional, atrelada à competência teórico-metodológica e técnico-operativa. É a partir dessas competências que a(o) assistente social poderá, em seu trabalho, responder de forma eficaz as demandas tradicionais, bem como as emergentes da sociedade. Para tanto, é necessário que sejam feitas críticas à sociedade capitalista (reconhecendo essa crítica também como uma demanda da sociedade) e ao cotidiano (espaço de alienação) dos sujeitos sociais e da própria prática, pois, "[...] a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível de práxis quando é atividade humano genérica consciente" (Heller apud Guerra, 2007: 12). Em poucas palavras, para que sejamos capazes de contribuir com a emancipação dos sujeitos, devemos primeiro alcançar o patamar do exercício crítico e dotar a nossa prática de autonomia. Escolhendo criticamente os meios éticos para a nossa atuação podemos realizar intervenções competentes que tenham significado para a população usuária, afim de transcender os fundamentos do cotidiano. A importância de nos referenciarmos num projeto profissional crítico é que, ainda que nossa atuação se dê sob a lógica capitalista, por meio dele enxergamos o sentido da nossa prática no contexto das relações sociais.

Tendo essas questões em mente, o profissional deve estar sempre atento e em constante luta para romper com a relação de exploração na qual também se encontra, fazendo uma problematização crítica sobre as tendências teóricas, éticas, políticas, metodológicas e operativas existente na profissão.

O projeto ético-político assinala ainda a importância do diálogo que as(os) assistentes sociais devem travar com segmentos de outras categorias profissionais que tenham propostas semelhantes, e com os movimentos sociais que compartilhem com a luta dos trabalhadores. Nesse sentido, é fundamental a aliança com as classes populares e "com todos os segmentos sociais cuja prática contenha um firme desejo revolucionário e uma convicção de que as pessoas são capazes de transformar a realidade como seres histórico-sociais e membros de uma classe articulada" (Martineli, 2008, p. 151). As classes populares, usuárias dos serviços, são determinantes para a construção da identidade da profissão; deste modo, devemos conhecer sua realidade, suas reivindicações, suas dificuldades, e reconhecer sua participação dentro do nosso trabalho, já que é captando essa realidade que apreendemos as sequelas da

questão social.

"O projeto Ético-político do Serviço Social prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários" [Netto, 1999: 16].

O projeto ético-político do Serviço Social requer que as(os) assistentes sociais estejam sempre repensando o seu fazer profissional a fim de adotar referenciais críticos que as(os) ajudem a aderir estratégias que contemplem as contradições presentes nas relações sociais. Essas contradições se renovam e se ampliam a cada dia por meio das novas expressões da questão social, que tem em seu núcleo não só a desigualdade econômica, mas também a desigualdade cultural, moral e política. O Serviço Social deve reconhecer tais contradições como possibilidades de construção de uma sociabilidade orientada para a emancipação política e humana do conjunto dos indivíduos e da classe trabalhadora, indicando respostas concretas que objetivem não só a democratização da vida social, mas também do poder político e econômico.

Nesse sentido, Guerra (2007: 31) pontua que

"De posse de um projeto que nos clarifica os objetivos profissionais e os valores, que contenha o referencial teórico-metodológico que nos permita fazer a crítica ontológica do cotidiano, da ordem burguesa e dos fundamentos conservadores que persistem na profissão, que lance luzes sobre nossas possibilidades de escolhas e nos oriente para determinada direção social, estamos aptos a desenvolver novas competências no âmbito do mercado de trabalho, ocupando novos e tradicionais espaços profissionais no interior do Estado, das empresas privadas, das organizações não-governamentais, dos movimentos sociais."

O profissional qualificado, crítico e comprometido com a sociedade não se conforma

com as demandas rotineiras e imediatistas que chegam até ele, procura ir além delas desenvolvendo práticas que atinjam a total compreensão das necessidades da população, numa luta constante em favor das classes desfavorecidas, contra a burguesia e o capitalismo.

Heller (1989) considera a arte, dentre outros elementos (trabalho, ética, ciência e política), como mediação privilegiada que permite a transcendência da prática cotidiana. A partir dessa concepção, o capítulo que segue discutirá sobre como o Serviço Social pode incorporar instrumentos até então pouco utilizados à sua prática, em específico, a arte.

Capítulo 3 - Serviço social e Arte: Uma nova forma de inserção da(o) Assistente Social

O objetivo desse capítulo é trazer uma análise sobre a relação entre Arte e Serviço Social. O interesse se dá pelo fato de tanto a arte quanto o Serviço Social terem como uma de suas características principais a potencialização da consciência crítica nos sujeitos, de forma que seja possível alcançar a emancipação humana, social e política através do controle do próprio destino e da consciência do seu ser social. Num primeiro momento discorre-se justamente sobre essa relação, bem como sobre a essência educativa contida em ambas as categorias. A seguir, a partir de bibliografia levantada inicialmente, tem-se a arte como instrumento de trabalho para o Serviço Social, reconhecendo esse novo instrumento como uma importante forma de expressão da questão social. Assim, reconhecendo a arte como uma forma de emancipação política é possível pensá-la como uma mediação no fazer cotidiano do Serviço Social, contribuindo para intervenções mais criativas que possam ajudar na consolidação do projeto hegemônico da profissão. Em seguida ao desenvolvimento do referencial teórico, é apresentada uma pesquisa documental e uma análise qualitativa feita por meio de estudos de artigos referentes à temática arte e cultura, publicados nos encontros e congressos da área do Serviço Social. Ao final, se apresentam os resultados da pesquisa realizada.

3.1 - Serviço Social e Arte como Emancipação

Como já falamos no 1º capítulo deste trabalho, a arte pode contribuir tanto para a manutenção da ordem social vigente como para construção de uma nova ordem social. Através dela é possível, em diversas situações, realizar protestos e contestar realidades sociais postas afim de provocar reflexões nos indivíduos. Reconhecida como uma forma de consciência social, sua essência educativa pode levar à transformação do homem e este, compreendendo a realidade em que está inserido, torna-se capaz de sair do estado de fragmentação e alienação causado pelo modo de produção capitalista. Devido a essa fragmentação de sua consciência, o homem não entende sua própria ação e não consegue se auto-avaliar criticamente enquanto partícipe do processo histórico. Gramsci (1999), aponta a educação (reconhecendo a mesma como dotada de um caráter político) como o principal caminho para a transformação do "homem massa" em "homem consciente"¹⁰.

O processo de educação - aqui no sentido de transmissão e recebimento de informações - não ocorre de forma neutra, visto que reflete um posicionamento da sociedade. E quanto maior a circulação da informação maiores serão as chances de provocar transformações na sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social se torna uma profissão que está inserida no contexto da educação. A prática profissional das(os) assistentes sociais possui um cunho eminentemente pedagógico, pois, enquanto intelectuais orgânicos inseridos nos processos de reprodução da força de trabalho, podemos contribuir para a organização da

10- Gramsci, em seu livro *Cadernos do Cárcere*(1999), escreveu que o "homem massa" é aquele que, por não entender suas ações, tem uma participação passiva na sociedade; já o “homem consciente” conhece a si mesmo e entende o significado de seus atos, transformando a si e aos outros, que estão envolvidos em seu grupo social, em agente de transformação.

classe trabalhadora. Segundo Iamamoto e Carvalho (2004), a função educativa das(os) assistentes sociais integra o processo de elaboração de uma ideologia própria da classe trabalhadora, como elemento constitutivo de uma nova e superior cultura contraposta à cultura dominante. A prática das(os) assistentes sociais "[...] Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos" (IAMAMOTO, 2005, p.67). Essas interferências são as intervenções críticas que devem supor estratégias de mobilização e organização das classes subalternas, contribuindo para uma pedagogia emancipatória que, segundo Demo (1990, p.57), "começa com o questionamento crítico, ou seja, com a descoberta e a recusa da condição de objeto."

Nesse processo de reestruturação, de elaboração de uma nova cultura e instituição de um novo modo de ser do ser social (dotado de criticidade), a ideologia¹¹ e a linguagem assumem um papel importante e central. Tomando-se a arte como uma forma de linguagem ela pode ser um instrumento de expressão e de socialização dessa nova concepção de mundo. A arte faz parte da cultura e esta é algo intrínseco ao ser humano. A cultura está no cotidiano, onde se dá a inserção e ação política da(o) assistente social; a consciência política das(os) assistentes sociais, aliada ao projeto ético-político da profissão, direciona nossa prática para uma possibilidade de emancipação dos sujeitos, pois o atendimento que fazemos a um indivíduo deve se estender à sua família e desta para a comunidade, contribuindo assim para a organização da cultura. Para Santos (2004), é na relação arte/cultura/cotidiano/experiência que se situam as possibilidades de compreensão da capacidade emancipatória do fazer profissional.

A arte não deve causar nas pessoas apenas contemplação, deve instigar um processo

11- Na concepção de Gramsci (1978c), o conceito de ideologia expressa "o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas."

analítico que faça refletir, ultrapassando o papel de mero espectador; é aí que se insere a prática do profissional ao fomentar a percepção do espectador enquanto sujeito histórico crítico. Utilizada nos instrumentos de trabalho do Serviço Social, a arte tem a função de "educar" - no sentido de empoderar a classe trabalhadora. Ela instiga análises críticas da realidade, das relações sociais e se contrapõe ao processo de desumanização, massificação e alienação dos homens. Assim, o uso da arte como mediação no Serviço Social tem a função de cooperar com a superação da ordem, das relações de exploração, além de ser uma possibilidade de enfrentamento da questão social e colaboração para a construção de uma nova hegemonia com cidadãos mais críticos e conscientes.

3.2 - Arte como instrumento de trabalho inovador para o Serviço Social: o que isso significa?

Uma das competências dos profissionais do Serviço Social é estar atento à dinâmica da realidade social - que inclui política, economia e cultura - e apreender sua essência para construir novas possibilidades de intervenção. Nesse sentido, reconhecemos que o Movimento de Reconceituação trouxe diferenças substanciais e significativas para o desenvolvimento da profissão pois hoje podemos contar com profissionais críticos e conscientes da funcionalidade e dos fundamentos políticos do Serviço Social. No entanto, mesmo décadas após o movimento que fez uma crítica aos fundamentos da origem da profissão e ao seu caráter funcionalista e paternalista, os campos de intervenção permanecem os mesmos, não saindo das áreas tradicionais¹². As demandas são geralmente as mesmas o que faz com nossa prática fique engessada. Porém, um profissional comprometido e crítico procura ir além das demandas rotineiras e imediatistas que chegam até nós cotidianamente e busca desenvolver outro tipo de prática onde seja possível compreender as verdadeiras causas das demandas da população na perspectiva da totalidade.

"A massa crítica intelectual do Serviço Social contemporâneo, já há algum tempo, apresenta elementos de interlocução no debate das ciências sociais e nas áreas onde o profissional trabalha interdisciplinarmente.

12- Por áreas tradicionais do Serviço Social compreendo as instituições que tratam de saúde pública, da questão da criança, bem como juizados, prefeituras, centros educacionais públicos, além de Ministérios e instituições públicas que ocupam um número importante de trabalhadores.

Há uma produção, no âmbito profissional, de pesquisas substantivas, não apenas sobre a prática profissional, mas também sobre a realidade social e suas manifestações objetivas (atuais e emergentes), tendo se consolidado a produção bibliográfica própria. [...] O debate teórico-metodológico substitui as análises 'metodologistas' ao mesmo tempo em que abandonou-se a perspectiva 'epistemologista' para adotar uma *visão ontológica do ser social*" (Montaño, 2009, p.93).

Assim como afirma Montaño (2009, p.195), "as áreas tradicionais de intervenção são 'naturalizadas' e permanecem, ao longo da história do Serviço Social, quase que invariáveis: nem se modificam estes 'campos tradicionais', nem se incorporam novas demandas sociais, novos objetos de intervenção profissional." Para romper com a prática rotineira, os profissionais do Serviço Social devem atuar tanto no campo social, quanto no econômico, político e cultural, buscando detectar novas demandas e incorporar novas propostas intervencionistas. É através das respostas que damos às adversidades da sociedade que a nossa profissão se legitima. Além do que

"[...] só podem sobreviver, ao longo da história, aquelas profissões que conseguem captar demandas emergentes, compreender sua essência e desenvolver novas respostas pertinentes e efetivas. Portanto, a profissão que não investir na pesquisa da realidade, dos novos fenômenos (ou até das novas determinações já existentes), estabelecendo tendências sobre o devir social, desenvolvendo, a partir daí, novas propostas intervencionistas e novas respostas, não conseguirá se reproduzir enquanto tal, quando o contexto social e as demandas mudarem" (idem: p.197).

O Serviço Social, hoje, abrange vários temas que há algumas décadas não eram considerados específicos do nosso campo de intervenção. Podemos citar, como exemplo, o movimento negro, o movimento feminista, LGBTTT, a causa indígena, dentre outros. Na medida em que novos desafios e novas demandas sociais são incorporadas, consequentemente ocorre uma adequação da profissão. Esta, por sua vez, optará por novas alternativas de intervenção que só serão possíveis se houver um conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade social vigente. Guerra (1995, p. 200) pontua que não podemos agir somente pela intuição, mas que devemos "(re)conhecer os processos que se insinuam, que se encontram latentes aos fenômenos", além de apreender a "dinâmica conjuntural" e a correlação de forças, que muitas vezes se encontra oculta, e nos vincularmos aos projetos sociais das classes com as quais estamos interagindo.

Alguns temas que deveriam estar dentro do campo de intervenção do Serviço Social são considerados inespecíficos ou sem aplicabilidade à nossa prática profissional, o que dificulta a incorporação de propostas alternativas. Uma das características da prática de assistentes sociais é o controle de conflitos sociais e o desvendamento da questão social. O Serviço Social é uma profissão que também está - ou que deveria estar - inserida nos processos de organização da cultura. No entanto, a arte, uma das principais formas de expressão e manifestação da cultura e das questões sociais, não está inserida na prática das(os) assistentes sociais. Desta forma, cabe nos perguntarmos porque a arte não é frequentemente utilizada dentro dos processos de trabalho do Serviço Social se a função social da mesma é historicamente reconhecida como uma via para a emancipação dos sujeitos?

Segundo Abreu (2008, p. 11),

"As estratégias às quais o Serviço Social se vincula são objetivadas por meio de políticas sociais públicas e privadas, principalmente as

de corte assistencial, e em menores proporções, via políticas de formação e gestão de recursos humanos nas instâncias da produção material, da circulação de mercadorias, da distribuição da riqueza; e nos processos de luta e resistência das classes subalternas, tendo em vista sua reprodução plena e constituição autônoma como classe contraposta à ordem do capital.”

O Serviço Social também trabalha no sentido de revolucionar consciências e proporcionar discussões de forma a contribuir com o processo de construção do homem e de sua história, além de atuar na organização da cultura, constituindo-se como elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia. É também importante que busquemos dentro da profissão trabalhar com a interdisciplinaridade em conjuntos com outras áreas, objetivando o uso de estratégias criativas e alternativas.

Santos (2004), afirma que "o Serviço Social tem na sua intervenção uma gama de possibilidades de interpretação para a inserção da arte e suas expressões no fazer cotidiano." Compreendendo a arte como uma forma de emancipação política é possível compreender a mesma como uma mediação no fazer cotidiano do Serviço Social, posto que ela permite a representação do real. Uma vez que se reconhece que arte e sociedade estão intimamente ligadas, podemos afirmar que é aí que se vislumbram as possibilidades presentes ao Serviço Social.

Com a ausência de respostas do Estado - enquanto gestor de políticas sociais - evidencia-se a necessidade de dispor de instrumentos técnico-operativos. As políticas sociais, afetadas pelo modelo neoliberal, não atingem aos anseios da classe trabalhadora. Na realidade, continuam sendo focalistas e atendem aos interesses e regras do mercado.

“Devemos garantir que estes processos permeiem, de forma cada vez mais significativa, a formação profissional. Logo,

mediações que exercitem a sensibilidade e a criação podem propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de algumas atribuições ou competências que precisam ser solidificadas na formação” [Prates, 2007, p. 223].

As(os) assistentes sociais podem utilizar a arte na elaboração de projetos e programas desenvolvidos com as comunidades, afim de atingir não somente a auto-estima dos sujeitos, mas de propiciar quebras nos ciclos de violência e pobreza, potencializar a consciência crítica para que aqueles sejam sujeitos ativos em suas comunidades e na sociedade como um todo. Através da criatividade e de propostas alternativas, as(os) assistentes sociais podem ampliar sua cadeia de mediações indo na maré da contra-hegemonia, fortalecendo o projeto ético-político da profissão e criando novas formas de debater conteúdos presentes na formação profissional. É importante

“[...] que não nos contentemos com a reprodução do já produzido, com o fazer sem clareza de finalidade, com o fazer assim porque sempre foi feito assim. Precisamos, portanto, provocar o extraordinário que está contido no ordinário [...] Nosso cotidiano pode ser banalizado por nós mesmos, mas, também pode ser revolucionado.” (Prates, 2007, p.147)

As mudanças que ocorrem na sociedade afetam a formação profissional e a direção social do Serviço Social, por isso devemos estar atentos às manifestações da questão social para que seja possível intervir com qualidade. Para Iamamoto (2009: 114), "compreender a questão social a partir das transformações societárias pós-setenta é [...] decifrar as desigualdades sociais de classes em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio-ambiente, etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais". Assim, uma fotografia de uma comunidade

ou a letra de protesto de uma canção diz muito sobre a interpretação do real, sobre os fenômenos que permeiam determinada realidade. Essas fontes servem para analisar e interpretar expressões da questão social, mas servem também para utilizá-las como estratégias de intervenção e como instrumentos que instiguem processos reflexivos.

3.3 - Metodologia da Pesquisa: Análise da Produção Bibliográfica do Serviço Social Produzida nos Congressos e Encontros da Categoria sobre a Relação Serviço Social, Arte e Cultura.

A pesquisa tem como objeto teórico a instrumentalidade do Serviço Social, tendo como foco a arte enquanto mediação e instrumento inovador para a prática profissional. A pesquisa se desenvolveu em duas fases: na primeira foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental buscando mapear o estado da produção teórica sobre a relação Serviço Social e arte (tomando a mesma como um possível instrumento de trabalho para o Serviço Social) em artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado; a segunda fase é compreendida pela análise dos dados, que teve como campo empírico três CBAS (2001, 2007 e 2010) e os quatro últimos ENPESS (de 2004 a 2010). A escolha pela análise da produção teórica e bibliográfica, apresentada nos encontros de Assistentes Sociais e Pesquisadores se deu pelo fato destes serem um importante espaço de socialização de conhecimento e produção científica, representando o que vem sendo discutido atualmente na categoria em âmbito nacional e em diversas Universidades. A análise dos dados foi feita buscando-se conhecer o conteúdo analisado afim de se comprovar a hipótese levantada pelo presente trabalho.

O objetivo da pesquisa em si é analisar a relação entre arte e Serviço Social, como esta pode contribuir para o fortalecimento da profissão e de seu projeto ético-político através de processos emancipatórios. A arte é aqui reconhecida como parte fundamental da cultura, por esse motivo os trabalhos relacionados à cultura também foram analisados, sendo a mesma um

elemento constitutivo dos processos de trabalho da (o) assistente social. A relação do Serviço Social com a cultura remonta a gênese da profissão, entretanto, foi pouco explorada teoricamente pela produção específica. Para Iamamoto (2004), o debate atual sobre a cultura tem relação com o Estado, com a luta pela hegemonia e com as “representações sociais” dos sujeitos individuais.

Foram trabalhados um total de 32 artigos, realizado o fichamento individual de cada um, no qual constava o título, o autor, o tema trabalhado, a relação deste tema com a temática arte/cultura e Serviço Social e a concepção de arte e cultura presente em cada um deles.

A análise do material baseou-se na técnica de análise de conteúdo, onde os dados foram organizados afim de identificar as categorias abordadas, as perspectivas teóricas existentes e sua ocorrência, o que, segundo Minayo (2003), possibilita uma descoberta para além das aparências dos conteúdos manifestos. A abordagem qualitativa se caracteriza pela exploração do conjunto de opiniões e representações sociais. Os métodos qualitativos fornecem os dados mais significativos e complexos e, nesse sentido, difícil de serem analisados.

Os trabalhos analisados foram apresentados no X, XII e XIII CBAS, bem como no IX, X, XI e XII ENPESS. Nos 7 encontros estudados, procurou-se identificar do total de trabalhos apresentados os que se encontravam agrupados na área temática "Serviço Social, Cultura, Educação e Arte", sem analisar as contribuições agrupadas nos outros eixos temáticos¹³. Abaixo apresento um panorama quantitativo da divulgação e socialização do conhecimento sobre arte e serviço social, a partir dos CBAS e ENPESS.

13- Como não foi identificado nos ENPESS um eixo temático específico sobre o tema, todos os eixos foram analisados afim de encontrar trabalhos que discutessem sobre a relação Serviço Social e Arte/Cultura.

Tabela 1- Distribuição dos trabalhos por CBAS e ENPESS - ano de realização, eixos temáticos, total de trabalhos, número de trabalhos inscritos no eixo temático "Educação, Arte e Cultura" e total de trabalhos sobre a relação arte/cultura e Serviço Social.

Congresso/Encontro	Eixos Temáticos	Total de Trabalhos	Trabalhos inscritos na área temática Serviço Social, cultura, educação e arte	Trabalhos relacionados ao tema Arte/Cultura e Serviço Social
X CBAS - 2001	15	784	50	4
XII CBAS - 2007	13	835	46	5
XIICBAS - 2010	12	1.132	67	6
IX ENPESS - 2004	03	540	Não existe esse eixo temático*	0
X ENPESS - 2006	04	745	Não existe esse eixo temático**	1
XI ENPESS - 2008	04	786	Não existe esse eixo temático***	6
XII ENPESS - 2010	07	1.293	Não existe esse eixo temático****	10
TOTAL	58	6.115	163	32

Fonte: CBAS 2001; CBAS 2007; CBAS 2010; ENPESS 2004; ENPESS 2006; ENPESS 2008; ENPESS 2010.
Elaboração própria.

Ao buscarmos inicialmente dados de natureza quantitativa sobre o número de trabalhos apresentados ao longo de 2001-2010, podemos constatar que há uma baixa produção de artigos relacionados ao tema, em comparação com outros eixos. Contudo, tendo em vista que um eixo temático que discute sobre Arte e Cultura faz parte do CBAS somente desde a 10ª edição do evento, em 2001, já é possível notar um crescente número de trabalhos dentro desse campo.

O 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS ocorreu em 2001 na cidade do Rio de Janeiro - RJ entre os dias 08 e 12 de outubro. Teve como tema "Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes Sociais Contra a Desigualdade" e alcançou um total de 784 trabalhos, divididos em 15 eixos temáticos. Aqui, aparece pela primeira vez o eixo temático "*Serviço Social, Cultura, Educação e Arte*", no qual foram apresentados 50 trabalhos; dentre

* O IX ENPESS contou com apenas 3 eixos-temáticos, foram eles: I- Formação Profissional; II- Articulação entre Formação e Exercício Profissional; III- Educação Continuada.

** Os eixos-temáticos apresentados no X ENPESS foram divididos em Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional e Processo Interventivo do Serviço Social; Questão Social e Trabalho; Política Social.

*** Os eixos foram divididos da mesma maneira que o ENPESS anterior, de 2006.

**** No XII ENPESS os eixos foram divididos em 7: 1- Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2- Política Social e Serviço Social; 3- Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho; 4- Movimentos Sociais e Serviço Social; 5- Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6- Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual; 7- Ética, Direitos e Serviço Social.

eles, apenas 4 tinham como foco a temática arte/cultura e Serviço Social.

No XII CBAS, realizado no período de 28 de outubro a 02 de novembro de 2007 em Foz do Iguaçu - Paraná, que tinha como tema "A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social", o eixo temático "*Educação, Arte e Cultura*" trouxe um total de 5 trabalhos cujo principal interesse era a arte e a cultura. Todos eles apontam para o caráter emancipador da arte, reconhecendo a mesma como uma forma de socialização, engajamento social e construção da identidade crítica dos sujeitos. O foco principal, em sua maioria, são comunidades de baixa renda e jovens em vulnerabilidade social. Dentre os trabalhos, 1 aborda um programa do Governo de Pernambuco que tem a cultura e a arte como eixos metodológicos; 1 aborda um projeto realizado em parceria entre a Universidade Regional de Blumenau e o Fundo Municipal da Criança e Adolescentes - FIA, que reconhece a arte, por meio da fotografia, como uma forma de alcance da cidadania; 1 aborda a educação audiovisual (cinema) como instrumento de participação e organização da sociedade através de um projeto de extensão ECUSS (Educação, Cultura, Universidade e Serviço Social) da UERJ e a ONG Nós do Cinema; 1 aborda a relação entre cultura e Serviço Social, reconhecendo a cultura como elemento constitutivo dos processos de trabalho das (os) assistentes sociais; e 1 faz uma análise sobre Terceiro Setor, arte e cidadania, tendo em vista que hoje o terceiro setor vem empregando um número cada vez maior de assistentes sociais.

Realizado em Brasília - DF entre de 31 de julho a 5 de agosto de 2010, o tema do XIII CBAS foi "Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético Político Profissional". O Congresso colocou no centro da agenda "o exercício profissional e os sujeitos políticos que hoje se inscrevem na sociedade brasileira, tendo em perspectiva a busca das mediações necessárias na articulação entre o Projeto Ético Político profissional e os projetos societários que preconizam a construção de uma nova ordem social, resistindo à dominação capitalista nas esferas econômica, social, política e cultural" (Trecho da apresentação do XIII CBAS). Nota-se que nessa edição surge o eixo-temático *Educação, Comunicação e Cultura*, subdividido em dois: *Educação* e *Comunicação e Cultura*. Contando com 67 trabalhos ao todo, apresentou um significativo aumento da produção nessa área, no entanto, o eixo *Comunicação e Cultura* teve apenas 14 trabalhos e, dentre eles, somente 6 faziam relação entre arte e Serviço Social. Todavia, os trabalhos apresentados em 2010 foram os que melhor discutiram essa relação; 2 discutem sobre o teatro: 1 reconhece o teatro como potencialização da consciência crítica (fazendo

reflexões sobre o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal) e 1 tece considerações acerca de oficinas de teatro para idosos (onde eles refletem sobre cidadania); 2 refletem sobre cultura e saúde: 1 analisa um projeto de arte e progresso em uma Unidade Básica de Saúde de Juiz de Fora, faz considerações acerca da relação entre Serviço Social e cultura e busca saber como as assistentes sociais entendem essa relação, e 1 aborda um projeto proposto pelo Serviço Social que propõe a promoção da saúde voltada ao acesso à cultura; 1 realiza reflexões sobre a mediação da arte no Serviço Social e a contribuição daquela para fortalecer o projeto profissional da nossa profissão; 1 reflete sobre a questão da cultura enquanto formação humana; e 1 discute sobre educação e cultura a partir do pensamento de Gramsci, reconhecendo a prática pedagógica como instrumento de ruptura político-cultural com a tradição.

Tabela 2 - Relação dos Trabalhos Apresentados no X, XII e XIII CBAS sobre a Temática Serviço Social, Arte e Cultura.

CBAS	2001 - Rio de Janeiro	2007 - Paraná	2010 - Brasília
	Ação educativa, cultura e arte: a serviço da conquista da saúde	Serviço Social e Cultura: aproximações ao debate contemporâneo	Reflexões sobre a mediação da arte no Serviço Social
	A revitalização da cultura popular amazônica através da arte-educação com grupos de terceira idade	Imagens da Realidade: inclusão social de adolescentes da periferia de Blumenau	Cultura e saúde na família: democratizando acesso e promovendo qualidade de vida
	Uma escola para valorização cultural:	Terceiro setor, arte e cidadania: algumas considerações	Educação e Cultura: considerações sobre o pensamento de Gramsci
	O ensino através da arte: o movimento da escola de arte social (EAS)	A cultura dos movimentos alternativos em programas da agenda jovem	Arte como potencialização da consciência crítica: reflexões sobre o teatro do oprimido
		Reflexões acerca da experiência das oficinas culturais do Projeto ECUSS-PEEPSS na Ong Nós do Cinema	Serviço Social e cultura: um estudo de caso do Projeto Arte e Progresso da UBS de Juiz de Fora
			Quando a memória sobe ao palco: oficina de teatro com idosos
Total de Trabalhos	4	5	6

Fonte: CBAS 2001; CBAS 2007; CBAS 2010. Elaboração Própria.

Nenhum dos ENPESS analisados apresentava um eixo temático que discutisse sobre Arte e Cultura especificamente, assim como acontece nos CBAS. Em 2004, no IX ENPESS realizado no Rio Grande do Sul, os eixos temáticos foram divididos em 3: Formação Profissional, Articulação entre Formação e Exercício Profissional, e Educação Continuada. Embora o número de trabalhos apresentados nesse encontro tenha sido de 540 no total, não foi localizado sequer um único trabalho que tecesse considerações específicas sobre a relação entre Serviço Social e arte/cultura.

No ENPESS seguinte, sediado em Pernambuco no ano de 2006, os eixos temáticos passaram a ser divididos em 4, são eles: Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional e Processo Interventivo do Serviço Social; Questão Social e Trabalho; Política Social. Apesar do tema do ENPESS daquele ano ter trazido a questão "Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil", do total de 745 trabalhos apenas 1 foi identificado. Trata-se de um projeto de pesquisa que busca conhecer a vida de jovens rappers na cidade de Teresina - Piauí com a finalidade de descobrir se a música tem contribuído para redimensionar a vida desses jovens, sobretudo nas questões relacionadas às drogas, violência e participação em suas comunidades. O trabalho foi inscrito no eixo "Questão Social e Trabalho".

O XI ENPESS, que aconteceu no Maranhão, trouxe um aumento no número de trabalhos relacionados à temática analisada, contando com 6 artigos. Dentre eles, é interessante observar, dois abordaram o teatro como contribuição para a transformação social ao suscitar reflexões e indagações sobre a realidade: um faz considerações sobre o teatro político como luta social capaz de realizar mudanças na ordem capitalista e faz uma crítica à indústria cultural na qual a arte perde seu poder contestador, e outro faz uma análise sobre o Grupo de Teatro do Oprimido na cidade de Santo André, onde práticas de teatro do oprimido foram usadas para capacitar funcionários da Prefeitura na execução do Orçamento Participativo, sendo possível criar novos espaços de reflexão, instigar a participação da comunidade e favorecer o exercício da cidadania dos envolvidos; um aborda o movimento Hip Hop como construção de identidade, alternativa de expressão, canal de denúncia e engajamento político; um reflete sobre o papel da cultura popular na contemporaneidade que atua como fonte de instrumento do poder político; um outro comenta sobre a influência da cultura e suas implicações na intervenção de assistentes sociais; e um último tece comentários sobre o Projeto PROCRIAR (acompanhado por estudantes de Serviço Social) que atende a

crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, e utiliza a arte como resiliência (capacidade de enfrentar e superar situações adversas), propondo ações interventivas como balé, teatro, canto coral.

O mais recente ENPESS, em sua XII edição, que aconteceu ano passado no Rio de Janeiro, tinha como tema "Crise do Capital e Produção de Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?". Consegiu alcançar um total de 10 artigos, a maior quantidade de trabalhos apresentados sobre a temática em todos os encontros e congressos analisados. Aqui aparecem novamente dois trabalhos sobre a relação arte e serviço social em que a arte aparece como uma forma de ampliar a cadeia de mediações do Serviço Social e fortalecer seu projeto ético-político. Dois trabalhos importantes discutem sobre a construção da cultura pelas massas expropriadas no Brasil como reação à dominação e à exploração, forma de resistência, organização, superação da ordem do capital e conquista da emancipação humana. Dois artigos que chamaram atenção abordam a arte e a cultura no sistema carcerário do Rio de Janeiro: um deles considera a música (ligada à religião) como incentivo para prover o apoio material e espiritual necessários para o desenvolvimento sócio-cultural das pessoas presas, e o outro, por sua vez, aponta para a importância do trabalho de assistentes sociais no âmbito penitenciário enquanto semeador de práticas culturais que propõem alternativas à problemática da violação de direitos humanos e a inclusão social dos presos. Em outro artigo se discute sobre a relevância da cultura, enquanto uma dimensão da Questão Social, para a compreensão e intervenção da(o) Assistente Social na realidade. Nesse encontro aparece um trabalho que fala sobre o movimento Hip Hop, a importância dessa forma de expressão na vida cotidiana dos militantes e o papel da arte e da cultura como mediação e possibilidades plausíveis de transformações. Há também um artigo que apresenta um reflexão sobre as práticas sócio-culturais de populações tradicionais em uma comunidade ribeirinha na Amazônia e como essas práticas ajudam na melhoria das condições de vida nessa comunidade. Por fim, um trabalho que articula a teoria da Promoção da Saúde com a temática da arte como instrumento de trabalho no cuidado com crianças hospitalizadas.

Tabela 3 - Relação dos Trabalhos Apresentados no IX, X, XI e XII ENPESS sobre a Temática Serviço Social, Arte e Cultura.

	2004 - Rio Grande do Sul	2006 - Pernambuco	2008 - Maranhão	2010 - Rio de Janeiro
ENPESS		Projeto de Pesquisa "Vozes dos Jovens: experiências de rappers em Teresina"	Teatro Político e Cultura Brasileira: a contribuição da arte à transformação social	(Con) Formação da Cultura e Resistência: notas sobre formas da ação política camponesa no Brasil
			Poder Político e Cultura Popular no Maranhão: a cultura popular como instrumento político nas relações de classes	Arte e Serviço Social: uma articulação emancipatória
			Movimento Hip Hop: alternativa de lazer e cultura para os jovens moradores da periferia	A Crítica vai ao Cinema. Formação Profissional e Cultural em Serviço Social
			O Trabalho do Assistente Social e a Influência da Categoria Cultura	Violação dos Direitos Humanos da População Custodiada no Estado do Rio de Janeiro: as práticas culturais como condição da elevação humana pela inclusão social
			Resiliência e Arte: um estudo acerca dos riscos e da proteção à vida	Aspectos da Relação entre Cultura e Questão Social na Produção de Conhecimento do Serviço Social
			Teatro do Oprimido em Santo André: estratégias de potencialização da consciência crítica e de ação política	Cultura e a Perspectiva da Classe Trabalhadora: sobre fundamentos e desafios atuais na sociedade brasileira
				De Encarcerado a Músico: cultura como possibilidade de construção de novas identidades no cárcere
				Manifestações Culturais Juvenis e Cotidiano:

				espaço de resistência e identidades em movimento
				Práticas Sócio-Culturais de Populações Tradicionais na Região Amazônica: estudo de caso da comunidade de Mucajá em Maué/AM
				Voluntariado, Arte e Promoção da Saúde: Relato de Experiência
Total de Trabalhos	0	1	6	10

Fonte: ENPESS 2004; ENPESS 2006; ENPESS 2008; ENPESS 2010. Elaboração própria.

Ao final da análise foram identificados um total de 163 trabalhos que estavam inseridos no eixo temático Serviço Social, Arte e Cultura. Em pesquisa efetuada junto aos anais publicizados pelos espaços de socialização do conhecimento no serviço social – Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço social (ENPESS) – constatou-se que desse total apenas 32 abordavam a questão da arte e da cultura como instrumento de trabalho para o Serviço Social. Constatou-se ademais que, quando comparamos o total de trabalhos dos CBAS com os ENPESS ao longo dos eventos, verificamos que em todos os Congressos analisados, ainda que em pequena quantidade, aparecem trabalhos sobre a temática enquanto que nos Encontros, somente nas duas últimas edições houve um crescente número de artigos. Contudo, em apenas dois ENPESS, foram somados 17 trabalhos em contrapartida de 15, durante 3 CBAS. Assim, podemos notar que há uma igual preocupação na categoria profissional em exercício efetivo da profissão, no que diz respeito à divulgação e socialização desta produção, e na realização de pesquisas, pois o número de trabalhos mostrou-se quase o mesmo. Podemos ainda constatar que nos últimos anos (2007 a 2010) houve um aumento de produções relacionadas à temática, o que demonstra aproximação e interesse, mesmo que lento, da categoria à arte. Todos os trabalhos analisados trazem importantes contribuições no que diz respeito a intervenções criativas para o Serviço Social, contribuindo não só para a potencialização da consciência crítica dos sujeitos mas também dos próprios profissionais, permitindo repensar sua prática.

3.3.1 - Análise Qualitativa

Uma preocupação expressa na pesquisa foi, a partir da identificação dos trabalhos, verificar os recortes do tema efetuados pelos autores. Analisando os 32 trabalhos foram encontradas oito grandes categorias:

(1) - Emancipação Social e Política

A categoria emancipação social e política é a que mais se faz presente nos artigos estudados. Ao todo, são 14 trabalhos que discutem a arte e acultura como forma de alcance da emancipação humana. A questão é tematizada em artigos que fazem reflexões a partir de experiências profissionais de assistentes sociais em Unidades Básicas de Saúde, projetos sociais e de extensão, programas de Governo, prefeitura, etc, bem como em outros contextos.

Sabemos que hoje os indivíduos encontram-se cada vez mais alienados pela lógica capitalista. Nesse sentido, Kropf (2008) aponta o teatro político como uma forma de luta social capaz de propor e promover mudanças por uma nova ordem, através da organização de ações políticas na direção da emancipação humana no âmbito das políticas sociais, públicas e estatais. Bilate (2008) considera que o teatro, além de ampliar as habilidades e potencializar as capacidades do ser social, permite a fruição do aprendizado e das práticas culturais. Além disso, reconhece que, como um instrumento de luta, as esferas da cultura e da educação são áreas privilegiadas para o surgimento de intelectuais e de ideologias de um projeto societário à ótica das camadas trabalhadoras e/ou subalternizadas da população.

Américo et al (2008) reconhece que a arte dentro de um hospital pode funcionar como ferramenta interventiva constituindo-se tanto em um elemento propiciador de resiliência em crianças e adolescentes (excluídos econômica, social e culturalmente), quanto agente possibilitador da participação em movimentos de luta pela não aceitação das desigualdades sociais e por políticas que viabilizem a efetivação de seus direitos constitucionais.

Felin (2010) acredita que a cultura tem um caráter estratégico para a emancipação político-ideológica das classes subalternas no processo revolucionário de superação da ordem burguesa. Abreu (2010), por sua vez, reconhece a cultura como condição necessária, porém não suficiente, nos processos de luta e organização da classe trabalhadora na perspectiva de constituição da hegemonia. Mesmo assim, é indubitável a força que a arte apresenta na

construção da identidade e de ações políticas, sendo a mesma um possível caminho para potencializar o indivíduo, proporcionar a ele “se enxergar” dentro da sociedade, buscar a emancipação humana e realizar modificações que possam viabilizar a edificação de uma cultura contra-hegemônica.

(2) - Consciência Crítica e Compreensão da Realidade

As discussões agrupadas na categoria Consciência Crítica e Compreensão da Realidade, com um total de 12 artigos, apontam a arte e a cultura como potencializadoras de um fazer, conhecer e exprimir que se reverte em autonomia e propriedade de conhecimento. Com as mudanças contemporâneas no capitalismo, os movimentos sociais têm como imperativo entender a realidade para atuar de maneira transformadora. A cultura funciona como mediação fundamental para o reprodução social e o espaço de criação no âmbito da consciência crítica.

Kropf (2008) afirma que a arte, ao ser entendida como uma manifestação da cultura, acompanha o movimento da realidade de uma sociedade em um dado momento histórico. Assim, a arte nos possibilita fazer uma reflexão sobre as relações de poder na sociedade e entender a realidade, na medida em que há uma democratização da cultura, além de encorajar a participação popular.

Silva (2010), ao fazer entrevistas com participantes do movimento Hip Hop, relata que conscientização, protesto, expressão e diversão foram os significados mais destacados entre os jovens entrevistados. Esses mesmos jovens contaram que apoiam outros movimentos sociais e que, através da militância do hip hop, realizam palestras em escolas, instituições e encontros diversos e levam suas letras musicais com mensagens políticas e de contestações para outras pessoas ampliando o processo de conscientização.

Amorim et al (2010) acredita que o cinema, enquanto recurso audiovisual que reproduz imagens da realidade ou cria imagens que levam à reflexão e abstração sobre ela, constitui instrumento privilegiado na formação cultural dos sujeitos.

Bilate (2008), por sua vez, reconhece como inegável a contribuição de grupos de teatro no debate crítico acerca da realidade sócio-política e cultural do local, bem como para a compreensão de que há direitos no âmbito das políticas públicas que devem ser efetivados. Assim, podemos compreender que as expressões artísticas constituem uma linguagem através

da qual o ser humano tem a possibilidade de levantar suas questões, angústias e indagações.

(3) - Socialização

Essa categoria contou com 10 trabalhos que reconhecem a arte como importante instrumento de socialização. Assim, Américo et al (2008) aponta que ações interventivas como o teatro, balé, etc, auxiliam crianças e adolescente com direitos violados no processo de socialização e reconhecimento enquanto sujeitos. Loureiro (2010), a partir de uma experiência em uma cadeia que leva música para pessoas presas, afirma que o contato com a arte musical agregou nos sujeitos emoções e sentimentos, que se refletem na maneira como agem, falam ou pensam.

Outra experiência que leva música para presos reconhece a relevância das práticas culturais como instrumentos de elevação da condição humana dos internos, possibilitando a construção de novas perspectivas para a vida durante e, principalmente, após o cárcere.

Santos (2010) cita o Projeto de Orquestra Sinfônica Jovem e relata que os participantes reconhecem que o ganho responsabilidade, motivação, compromisso, aprendizado e socialização da atividade.

(4) - Questão Social

A quarta maior categoria discutida nos trabalhos que trazem considerações acerca da relação arte e Serviço Social, diz respeito à questão social. Como amplamente se sabe, a questão social é objeto de intervenção do Serviço Social e suas expressões se objetivam principalmente na pobreza, em seus vários níveis, e na desigualdade de acesso aos direitos sociais. Partindo dessa análise, Felin (2010) supõe que as bases da relação entre Serviço Social e Cultura já se estabelecem desde seu objeto uma vez que as configurações assumidas pela questão social são condicionadas pela formação cultural brasileira, apontando uma “dimensão cultural” no trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2002). Além disso, afirma que o Serviço Social avançou significativamente no reconhecimento de uma dimensão cultural da questão social. Assim, a análise da dimensão cultural da questão social representa uma possibilidade de aprofundamento teórico e epistemológico para a compreensão do objeto profissional do Serviço Social. Este entendimento apresenta-se como um caminho para a

construção de alternativas de intervenção no cotidiano do trabalho do assistente social.

Silva (2010) aponta para grupos culturais, principalmente o hip hop, como processo de identificação de milhares de jovens que vivem em situações semelhantes de preconceito, pobreza e exclusão para, a partir daí, começar a produzir diálogos com outros movimentos sociais, a fim de expressar e reivindicar pautas e espaços específicos de discussão, utilizando a música como forma de expressão das questões sociais. Nesse sentido, Schimanski e Barretto (2010), afirmam que a arte é uma poderosa forma de expressão, através da qual os indivíduos podem objetivar-se e dar visibilidade as questões individuais e/ou coletivas, criando uma nova realidade.

(5) - Instrumento de Trabalho

Alguns autores do Serviço Social falam em uma "naturalização da profissão" e em práticas rotineiras. Tem-se a constatação de que a necessidade de inovação nos instrumentos utilizados para a formação profissional de assistentes sociais é urgente.

Para Schimanski e Barretto (2010), a questão da arte como instrumento para o Serviço Social aponta para inúmeras possibilidades de atuação deste profissional. A arte como instrumento demonstra uma possibilidade de se (re)construir o mundo, de se reinventar a sociedade, também de forma crítica, de forma a construírem-se respostas necessárias e de se humanizarem as relações. O profissional Assistente Social pode contribuir de forma efetiva neste processo de (re)construção e transformação da sociedade, utilizando a arte como mediadora e enriquecendo a instrumentalidade da profissão.

Para Teixeira (2008), a cultura é importante na compreensão do trabalho profissional, na medida em que expressa e reflete a organização social, estando inserida nas relações sociais. A cultura, entendida como uma categoria permeada por relações sociais, influencia diretamente na intervenção do assistente social. Amorim et al (2010) sugere o cinema enquanto instrumento para ampliação do universo cultural dos sujeitos e para enriquecimento da formação profissional em Serviço Social. À luz dos princípios das Diretrizes Curriculares de 1996, o cinema pode significar importante aliado no aprimoramento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa indispensáveis para o futuro assistente social.

Assim, tem-se a arte e as expressões artísticas como recurso inovador na

instrumentalidade do Serviço Social, posto que é um caminho possível para a compreensão de problemas sociais e interpessoais, além do que um profissional precisa ampliar seu universo cultural e sua capacidade crítica a fim de melhor qualificar sua intervenção profissional.

(6) - Cidadania

Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (1993) é *a ampliação e consolidação da cidadania*, tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos. Assim, o Serviço Social objetiva a concretização de direitos sociais e a inclusão de segmentos sociais excluídos dos bens e serviços existentes. É a partir dessa concepção que Schimanski e Barretto (2010) reconhecem a arte como um relevante instrumento de transformação da sociedade, podendo ser uma mediação possível na criação de processos emancipatórios e na efetivação da cidadania, levando o ser a superar a cotidianidade e a romper com os processos pré-estabelecidos.

A arte pode mediar a luta pela conquista de direitos, pois seu conteúdo não é direcionado apenas ao entretenimento, mas também à sensibilização, denúncia, mobilização e conscientização de pessoas cujas oportunidades são negadas (Américo et all: 2008). Sobre o movimento Hip Hop, Silva (2010) afirma que na medida em que os jovens militantes vão ganhando visibilidade eles passam a reivindicar por cidadania, direitos sociais e a ascender de seu real território para a sociedade em geral a partir de um renovado discurso permeado pela esfera cultural.

(7) - Projeto Político Profissional

Um dos objetivos desse trabalho era tentar constatar se uma intervenção baseada na arte fortalece, de alguma maneira, o projeto ético-político do Serviço Social. Nesse sentido, Schimanski e Barretto (2010) afirmam que a partir do momento que a(o) assistente social tem em seu projeto ético-político um compromisso com as classes trabalhadoras pode explorar a arte enquanto um meio de expressão, utilizando seu caráter político e contestador para gerar mudanças sociais.

Amorim et al (2010), ao tecer considerações sobre um projeto de extensão que utiliza o cinema como instrumento, afirma que o mesmo propõe uma ampliação do universo

cultural dos sujeitos, mas que também serve para enriquecer e criar novas formas de debater a formação profissional em Serviço Social.

Santos (2010) afirma que a dimensão artística no Serviço Social pode se dar de duas formas: desenvolvendo estratégias criativas e trabalho interdisciplinar no exercício profissional, e por meio de uma formação que possibilite o estímulo à criatividade desse profissional. Declara, ainda, que compreender essa mediação é importante para potencializar o projeto profissional do Serviço Social.

(8) - Prática Pedagógica

Bilate (2008) afirma que as ações culturais de cunho pedagógico podem contribuir para a construção de uma sociedade com acesso menos desigual aos direitos sociais e à riqueza socialmente produzida, visando à reprodução de uma sociedade mais democrática. A utilização do cinema é uma das possibilidades de atuar como estratégia pedagógica para suscitar debates que articulem a discussão de cinema aos elementos da formação profissional e dinamizar as atividades acadêmicas desenvolvidas na Universidade.

Amorim et al (2010) apresenta um projeto de extensão e um grupo de estudos que pretende oferecer atividades que instrumentalizem alunos e “comunidade” local na utilização e análise crítica de filmes nos diversos espaços de formação e participação social (escolas, serviços sociais, conselhos de direitos etc.), buscando qualificar a formação dos graduandos do curso de Serviço Social a fim de assegurar instrumentos para a análise crítica e intervenção na realidade social, especialmente através do trabalho profissional nas políticas sociais. Assim, promove a exibição de filmes como estratégia pedagógica para dinamizar atividades acadêmicas à luz dos temas da cultura, teoria social crítica e direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como princípio contribuir para uma reflexão acerca de novas possibilidades de intervenção no trabalho de assistentes sociais visando a emancipação dos sujeitos e a formação de uma consciência crítica, e também para um novo olhar no cotidiano das expressões da questão social.

A construção da temática arte e cultura começa a surgir na década de 90 com a expansão das ONGs, que vem assumindo a função de enfrentamento da questão social. A arte como acesso à cidadania e consolidação dos direitos é foco de muitos projetos sociais do Terceiro Setor.

A análise das comunicações apresentadas nos dois espaços fundamentais para a divulgação da produção de assistentes sociais (CBAS e ENPESS), enquanto profissionais e pesquisadores, mostrou que a temática ainda é pouco discutida pela categoria. No total dos eventos analisados, as comunicações que discutem sobre a questão da arte enquanto instrumento de trabalho para o Serviço Social representaram apenas 0,52% dos artigos. Em cada evento, os trabalhos relacionados à temática não ultrapassaram 10. Assim, os dados informam que, ao longo dos anos 2000, o tema não foi prioritário para a profissão.

Podemos afirmar que a temática é pouco abordada na Academia e que não existe dentro dos Departamentos de Serviço Social uma linha de pesquisa sobre Arte e Serviço Social. Ainda é cedo para asseverar se existe um grupo de profissionais e pesquisadores envolvidos com o tema, porém, alguns vem fazendo contribuições significativas sobre a temática, culminando inclusive em teses de doutoramento.

A análise dos dados desse trabalho buscou investigar como tem acontecido a interlocução do Serviço Social com a temática da arte, analisando como essa aproximação tem sido feita. Embora essa aproximação ainda seja quantitativamente pouco expressiva, os artigos estudados demonstram que já há uma preocupação da categoria com o tema e o reconhecimento da arte enquanto elemento emancipador tanto para os usuários quanto para os profissionais.

O estudo tinha como objetivo descobrir como as construções sobre a temática arte estão sendo relacionadas com o Serviço Social. Mesmo tendo limitações, o trabalho mostrou que o Serviço Social vem inserindo novos olhares para outros campos, além dos tradicionais

estudados pela categoria, buscando uma maior aproximação da prática profissional com a realidade apresentada.

Foi possível constatar a presença de 08 grandes categorias dentro dos 32 artigos analisados. São elas: emancipação social e política; consciência crítica e compreensão da realidade; socialização; questão social; instrumento de trabalho; cidadania; projeto político profissional e prática pedagógica. Com base nessas categorias, é possível comprovar a hipótese levantada na introdução desse trabalho, que aponta a arte como um instrumento capaz de trazer estímulos ao potencial crítico do ser humano. Os sujeitos sociais, ao utilizarem a arte para fazer leituras da realidade social estão apreendendo o significado das expressões da questão social. Reconhecendo a arte como uma forma de participação na construção da sociedade, entendemos como o Serviço Social pode atuar nesse contexto repensando os limites da formação profissional.

Profissionais, docentes e estudiosos do serviço social começam a investir na temática na medida em que novas exigências se colocam para uma profissão que se encontra inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, numa realidade social que vivencia profunda transformação e que é constantemente desafiada a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social.

A questão da relação entre arte e Serviço Social começa a entrar em debate, ainda que timidamente, e a categoria vem aos poucos se aproximando do tema. Desta forma, é necessário que seja feita uma análise sobre a função social que a arte exerce hoje para podermos utilizá-la como uma alternativa de trabalho, no que diz respeito à possibilidade de interpretação das expressões dos sujeitos, e assim fortalecer o Serviço Social crítico dentro da sociedade capitalista e seu projeto Ético-Político. Além disso, é preciso desvendar as refrações da questão social em todos os contextos onde ela se expressa e abordar a instrumentalidade do Serviço Social para, através desta, fomentar intervenções sociais mais criativas dentro da profissão, rompendo com as práticas rotineiras e conservadoras e fortalecendo o projeto profissional crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.* 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALVAREZ, Sonia et all. *Um Novo Conceito do Cultural nas Pesquisas sobre Movimentos Sociais Latino-Americanos.* In: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras.* Orgs.: ALVAREZ, S. DAGNINO, E. ESCOBAR, A. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

AMARAL, Aracy Abreu. *Arte para que? A Preocupação Social na Arte Brasileira, 1930-1970.* São Paulo: Nobel, 1984.

BARROCO, M. L. S & BRITES, C. M. *A centralidade da Ética na Formação Profissional.* In: *Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social,* nº 2. Brasília: ABEPSS, 2000.

BOSI, Alfredo. *Reflexões Sobre a Arte.* Série Fundamentos. Editora Ática, 1985.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.* In: *São Paulo em Perspectiva,* 2001.

CALDAS, Waldenyr. *Cultura. Global:* São Paulo, 4^a ed. 1986. Coleção para Entender, v. 5.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A Socialização da Arte: teoria e prática na América Latina.* São Paulo: Cultriz, 2^a ed. 1984. [Título do original: *Arte popular y sociedad en América Latina: teorías estéticas y ensayos de transformación*]

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *A Trajetória dos Movimentos Sociais.* In: DAGNINO, E. (Ed.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense.

CARVALHO, Raul de. e IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.

CFESS/CRESS. Grupo de Trabalho "Serviço Social na Saúde". Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na saúde. Brasília:CFESS, 2009.

COELHO, José Teixeira. *Banco de Dados*: do inerte cultural à cultura da vida. In: *Políticas Culturais para o Desenvolvimento*: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

DAGNINO, Evelina. Democracia e Cidadania: A Política Cultural dos Movimentos Sociais. In: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras. Orgs.: ALVAREZ, S. DAGNINO, E. ESCOBAR, A. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DEMO, Pedro. Cidadania e emancipação. Rev.Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 100, p. 53-72, jan./mar.1990.

Di Calvacante. A exposição de Tarsila, a nossa época e arte. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 out. 1933.

ENGELS, F. e MARX, K. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

FISCHER, Ernest. A Necessidade da Arte. Zahar: Rio de Janeiro – 4^a ed. 1973. [Tradução de Leandro Konder -Título Original: Von der Notwendigkeit der Kunst].

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978c.

_____. Cadernos do Cárcere. Volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: Capacitação

em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2002.

_____. *O Projeto Profissional Crítico*: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXVIII, nº 91. Cortez: 2007.

_____. A Instrumentalidade do Serviço Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HELLER, A. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão Social no Capitalismo. In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II nº 3. 2004.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, Georg. Marxismo e teoria da literatura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, 1968.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social*: Identidade e Alienação. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Tradução portuguesa do Inglês por Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1989.

MÉSZÁROS, István. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981.

MINAYO, M.C. de S. (Org..). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de

Janeiro: Vozes, 2003.

MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo : Cortez, 1992.

_____. *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília, CFESS/ABEPSS?CEAD/UnB, 1999.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 14^a ed. São Paulo, Cortez, 2009.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. Revista Virtual Textos & Contextos, n° 8, dez. 2007.

PEDROSA, Mario. Mundo, Homem, Arte em Crise. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. *Arte e Grande Públco*. A distância a ser extinta. Autores Associados: Campinas, SP, 2003. [Coleção Polêmicas do nosso Tempo].

PLEKHANOV, George. A Arte e a Vida Social. Brasiliense: São Paulo, 2^a Ed. 1969. [Tradução de Eduardo Sucupira Filho – Título Original: El Arte y La Vida Social].

SANTOS, José Luiz dos. O que é Cultura. Brasiliense: São Paulo, 4^a ed. 1986. Coleção Primeiros Passos.

SANTOS, Vera Núbia. *Arte em Cena*: algumas reflexões na formação e no projeto político profissional do serviço social. XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. La cuestión Social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 20^a ed. 2003.

SUASSUNA, Ariano. Iniciação à Estética. José Olympo: Rio de Janeiro, 10^a ed. 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *As idéias estéticas de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Bibliografia dos Artigos Selecionados para Análise

ABREU, Marina Maciel. *Cultura e a Perspectiva da Classe Trabalhadora*: sobre fundamentos e desafios atuais na sociedade brasileira. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12. Anais... Rio de Janeiro: 2010. CD ROM.

AMÉRICO, M. J. S.; SANTOS, C. V.; SARQUIS, P. P. *Resiliência e Arte*: um estudo acerca dos riscos e da proteção à vida. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 11. Anais... São Luís: 2008. CD ROM.

AMORIM, P. K.; CARVALHO, C. C.; OLIVEIRA, R. C.; SILVA, L. M.; TEIXEIRA, S. C. *A Crítica vai ao Cinema*: formação profissional e cultural em Serviço Social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

BARRETO, T. M e SCHIMANSKI, E. Arte e Serviço Social: uma articulação emancipatória. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12. Anais... Rio de Janeiro: 2010. CD ROM.

BILATE, Janaína. *Teatro do Oprimido em Santo André*: estratégias de potencialização da consciência crítica e de ação política. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 11. Anais... São Luís: 2008. CD ROM.

FELIN, Lourenço Brito. Aspectos da Relação entre Cultura e Questão Social na Produção de Conhecimento do Serviço Social.

KROPF, Paula dos Santos. *Teatro Político e Cultura Brasileira*: a contribuição da arte à transformação social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 11. Anais... São Luís: 2008. CD ROM.

LOUREIRO, Vivian Maria Rodrigues. *De Encarcerado à Músico*: cultura como possibilidade de construção de novas identidades no cárcere. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em

Serviço Social, 12. Anais... Rio de Janeiro: 2010. CD ROM.

SILVA, Gislaine dos Santos. *Movimento Hip Hop*: alternativa de lazer e cultura para os jovens moradores da periferia. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12. Anais... Rio de Janeiro: 2010. CD ROM.

TEIXEIRA, Renata de Paula. O Trabalho do Assistente Social e a Influência da Categoria Cultura. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 11. Anais... São Luís: 2008. CD ROM.